REALIDADE BRASILEIRA

Subsídios para compreender e atuar no cenário político

A realidade das pessoas LGBTQIA+ e os desafios do PT

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PT

EXPEDIENTE

A realidade das pessoas LGBTQIA+ e os desafios do PT

Paulo Tarciso Okamotto: Presidente
Brenno Almeida: Vice-presidente

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Torres.
Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Painelistas
Paulo Okamotto
Janaina Oliveira
Marcelo Morais
José Pennafort
Carla Ayres
Vitor Costa
Azilton Viana
Raquel Virginia
Mariah Rafaela Silva
Mitchelle Meira
Larissa Martins
Josiane Borges
Bruna Andrade Irineu
Paulo Faltay
Márcio Rolim

Mediação
Ruth Venceremos
Brenno Almeida
Brenda Félix
Walmir Siqueira
Fabian Algarte
Filipa Brunelli
Danielle Brígida

Comissão técnica
Andressa Caprecci
Azilton Viana
Luiza Cruz

Assessoria de evento
Gabriela Miranda
Roberta Coimbra

Edição do texto
Tânia Caliari

Registro fotográfico
Sérgio Silva
Vinicius Toledo

Projeto gráfico e diagramação
Gladson Targa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

EIXO 1

Guerra híbrida, desafios e perspectivas
para o fortalecimento da cidadania LGBTQIA+ 13

EIXO 2

A realidade da população LGBTQI+, emprego,
renda e aspectos econômicos e sociais. 30

EIXO 3

Caminhos possíveis ao enfrentamento das fake news
e o fortalecimento institucional das políticas públicas 41



Foto: Sérgio Silva

APRESENTAÇÃO



Foto: Sérgio Silva

Fazer política é convencer as pessoas sobre as nossas ideias

A coleção de cadernos com subsídios sobre A realidade brasileira e os desafios do PT faz parte dos esforços do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo (FPA) para a formação política de sua militância, dirigentes e gestores, ao fornecer um conjunto de ideias para o debate e elaboração de políticas públicas sobre temas relevantes e contemporâneos que desafiam a sociedade brasileira.

Este caderno reúne as discussões sobre A realidade das pessoas LGBTQIA+ e os desafios do PT, tema do Seminário Nacional realizado nos dias 19 e 20 de setembro de 2025 na Fundação Perseu Abramo (FPA), em São Paulo, com objetivo de estimular a formação política de nossos militantes sobre as demandas, questões e políticas públicas voltadas para pessoas LGBTQIA+, importante segmento de nossa população, e suas intersecções com os direitos humanos e a cidadania.

Sob o nosso ponto de vista, o PT tem muitos desafios importantes. Nós temos o grande de-

safio de fazer com que nosso partido seja mais inserido na sociedade brasileira, seja mais capaz de dialogar e, com isso, tornar-se um grande partido do povo trabalhador. O papel da Fundação Perseu Abramo é preparar nossos dirigentes, nossos militantes, nossos simpatizantes, para que a gente possa ter esse povo como grande aliado da nossa causa e dos nossos objetivos.

Há uma avaliação de que a direita tomou algumas iniciativas importantes, como a aprovação da PEC da Blindagem, que é uma anistia para as pessoas que cometem coisas erradas no Congresso, e isso pode ser estendido para as assembleias estaduais. Isso é muito ruim. Teve também a aprovação da PEC da Anistia, outra iniciativa péssima porque representa a desmoralização de todo processo de investigação, julgamento e condenação dos participantes de tramas golpistas que houve nesse país, o que levaria muitas pessoas a ficarem frustradas com o sistema político, pensando que não adianta nada a gente lutar. Mas nós nos mobilizamos junto ao povo, artistas e ativistas para dizer não aos privilégios e à impunidade.

Mas por que estou falando isso? Uma coisa que me intriga muito é como a gente organiza as pessoas para que tenham uma participação política na sociedade. Aqui na Fundação nós criamos um grupo de trabalho com ativistas que conseguiram produzir um bom material sobre trabalho de base para explicar o que, para que e como pode ser feito o trabalho de base. O trabalho para ser deputado, ser vereador, participar de um conselho é tudo igual? O manual que este grupo produziu dá pistas importantes sobre como atuar em defesa de causas. Neste sentido, nós também trabalhamos para ter um discurso sobre segurança pública, sobre a questão dos evangélicos, sobre pequenos empresários e seus negócios, acerca do trabalhador e trabalhadora por aplicativos. Também estamos trabalhando para termos condições de dialogar mais com as pessoas da terceira idade, tema de outro caderno produzido. Nós temos uma população grande da terceira idade e a gente precisa saber como se organizar para tratar dessa questão. Fizemos esses esforços porque a Fundação cumpre o papel de pensar a organização política e apoiar a construção partidária.

Temos refletido em encontros das secretarias e dos setoriais qual a função desses espaços para que a sociedade conheça ainda mais o que o nosso partido defende. O PT tem 17 setoriais que vão ser agora renovados, além da Secretaria das Mulheres, Secretaria pela Igualdade Racial, Secretaria da Juventude, e Secretaria LGBTQIA+, entre outras. Por isso é importante a gente questionar: como estamos trabalhando essas ideias na sociedade? Temos sido exitosos em nosso trabalho? Acho que esse é o grande desafio que temos pela frente. Acho que o setorial deveria ser um espaço para discutir política pública, discutir e avaliar, ver o que está funcionando, o que podemos reivindicar. Só que eu acho que isso deveria ter um tempo. Todo ano a gente faz uma avaliação dos nossos programas. Mas, depois, o que a gente faz com isso? Manda para o Lula? Reclama? Protesta?

Primeiro, precisamos saber o que fazer

Se queremos ser atendidos em nossas reivindicações, precisamos fazer um trabalho mais forte. Um trabalho que precisa formar secretarias em todos os estados, e a primeira missão é as secretarias saberem o que vão fazer, qual é a função delas. As secretarias em todos os estados têm o papel de difundir seu objetivo e o que fazer, e também de organizar os militantes LGBTQIA+, por exemplo. Todas as secretarias deveriam fazer isso. Quando a gente faz a formação, quando convence uma pessoa a fazer política, ela fala: "Gostei! Quero fazer política".

Mas o que é fazer política? É convencer das suas ideias. Se você tiver capacidade de convencer outros das suas ideias, você está fazendo política. Se você estiver só enchendo o saco, você não está fazendo política. Você está irritando, você está fazendo qualquer coisa, mas não está fazendo política. Precisamos estudar, refletir e trabalhar para que cada secretaria seja

mais eficiente. Por exemplo, se nós formos mais eficientes, teremos mais capacidade para atuar em redes sociais. Se tivermos mais organização, vamos ter muito mais simpatizantes para nossas causas e isso é fazer política. E aí, quando nós mobilizarmos contra a direita, seremos capazes de mobilizar a população, porque nós seremos referência no local, no território. Nós somos reconhecidos como batalhadores sociais.

Discutir a conjuntura e tirar um programa, um conjunto de ideias

Às vezes, faltam discussão e entendimento, pois as secretarias são muito solitárias. Além disso, não temos recursos suficientes. Os recursos são escassos. Então, vamos ter que ser criativos. Como não tem recursos, nós teremos que compensar com mais pessoas trabalhando. Por exemplo, às vezes uma tarefa feita com organização, com planejamento, vira uma grande tarefa e tem um impacto maior. E o objetivo destes encontros e, agora a ideia deste caderno, é apoiar a discussão de conjuntura, dos problemas enfrentados pela militância, e que possibilite a elaboração de um bom programa.

Dá para sermos criativos e fazer muita coisa. Por exemplo: tem a parada LGTB em todos os lugares, e esse é um momento de luta. Não é só no dia da parada. Vamos fazer uma semana antes? Vamos explicar o que nós precisamos, como temos que ser tratados no emprego, como temos que ser tratados na escola, em tudo quanto é lugar? Vamos fazer esse trabalho de conscientização? E aí escolher outras datas. Quatro, cinco dias em calendários estaduais para discutir sobre o que fazer e mão na massa, porque senão nós não vamos mudar. Para fazer política tem que conversar muito e temos uma causa muito nobre que é a vida e a dignidade da pessoa LGBTQIA+. E podemos fazer com que ela encontre no PT o seu acolhimento e seu espaço de luta por uma sociedade mais justa.

Neste sentido, apresentamos, a seguirá, a edição das contribuições de todos que facilitaram com os debates.

Bom estudo e boa luta,

Um abraço,

Paulo Okamotto

Presidente da Fundação Perseu Abramo ■

A PAUTA LGBTQIA+ CONTRIBUIU PARA A FORMAÇÃO DESSE PARTIDO



Foto: Sérgio Silva

"A nossa luta tem que ser em favor dos trabalhadores, e nossa sensibilidade tem que estar a favor de toda a classe trabalhadora."

Brenno Almeida
Vice-presidente da Fundação Perseu Abramo

Vou compartilhar esse tempo com vocês falando a respeito das perspectivas que a gente tem que construir daqui para frente. A nossa orientação sexual é algo que precisa fazer parte de nossa cidadania. Nossa cidadania precisa partir do princípio de que nós naturalizamos quem somos. Isso eu aprendi militando nesse partido. Isso eu aprendi no movimento sindical.

Isso eu aprendi me relacionando com a sociedade. Devo considerar que eu sou um trabalhador que tem a contingência natural de ser um homem gay, e que isso me dá a possibilidade muito generosa de ampliar a minha atuação na sociedade, reforçando direitos, porque outros e outras como eu não têm a oportunidade de exercer plenamente essa cidadania.

Acho que o que a gente precisa nesse momento considerar que nós, militando nesse partido, precisa reconhecer que a realização desse seminário faz parte do DNA da fundação desse partido. No século passado, quando as pessoas começaram a organizar a pauta LGBT na década de 1970 e 1980, isso contribuiu para a formação desse partido. Isso faz parte desse partido. Nós não estamos fazendo política pedindo licença a ninguém. O partido não precisa que peçamos isso ou façamos isso. Precisamos responder com ação, ocupando os espaços públicos atuando com qualidade. Porque aqui eu tenho certeza, nós temos a Paolla, a Carla, o Jean, o Vitor, a Thamires que foram escolhidos pelos eleitores deste país, e não foram escolhidos apenas porque são LGBTs, mas porque têm uma ação cidadã que gera admiração e confiança nas pessoas.

Nós somos liderados hoje por um senhor que tem 79 anos, que reconhece que está em processo de formação quando se relaciona com a nossa sigla, com a ampliação dela, que muitas vezes se reflete na organização dela. Então, são elementos como esses que precisam nos integrar para organizar nosso cotidiano, sendo, por isso, importante fazer esse Seminário, refletir sobre a realidade brasileira.

O que seria de nós sem os nossos aliados?

Realmente eu não vou falar apenas sobre os nossos, porque meus desafios se conectam com os do meu vizinho, da minha vizinha. A militância e o espírito de solidariedade que construíram esse partido precisam estar muito latentes nesse processo de construção. O que seria de nós sem os nossos aliados? A gente precisa ter maturidade, por exemplo, para não praticar misoginia dentro das nossas ações. A prova disso é que a sigla de nosso movimento mudou. O L veio para frente por conta da generosidade das mulheres ao longo da nossa trajetória. Isso diz muito sobre a forma como nós estamos nos organizando internamente, evitando refletir vícios de quem nos oprime.

Esse partido nasceu para transformar a cultura desse país

Então, a oportunidade que temos é fazer um evento, não para juntar pessoas, tirar fotos e postar em redes sociais, mas para contribuir, com o apoio exclusivo dessa Fundação e desse partido, para a reconstrução desse país, mas também pela reconstrução da classe trabalhadora. A nossa luta tem que ser em favor dos trabalhadores, e nossa sensibilidade tem que estar a favor de toda a classe trabalhadora. É para isso que estamos aqui. Nós não temos o direito de voltar para casa pensando apenas em como vamos fazer para organizar nossa secretaria, nosso setorial ou nosso próximo projeto eleitoral. Esse partido nasceu para transformar a cultura desse país. É o que nós temos feito. Então, o que nós, LGBTs do PT, precisamos entregar a esse partido é a nossa contribuição nesse processo efetivo de transformação da cultura do nosso país.

Que possamos ter um grande evento, que possamos trabalhar bastante e, como disse a todos meus queridos e queridas que me antecederam, a luta não acaba aqui, ela só está começando. Então, contem com a Fundação nesse sentido. Se é para trabalhar e ajudar esse país, a Fundação Perseu Abramo estará à disposição do partido, à disposição da militância, qualificando ainda mais a nossa formação. ■

NÃO PRECISAMOS FALAR SÓ SOBRE NÓS



Foto: Sérgio Silva

"Temos que mostrar que nossos corpos estão além disso, que as ações que promovemos têm incidência na sociedade."

Janaina Oliveira
Secretária Nacional LGBTQIA+ do PT

Estamos vivendo um momento importante dentro do PT, preparando o encontro das secretarias e setoriais do partido. E a gente precisa chegar nesses encontros sabendo por que eles estão sendo feitos, para além de determinarem quem serão as representações à frente das secretarias. É preciso entender o papel concreto que essas secretarias terão no próximo período para, além de eleger os nossos, também ajudar a reeleger nosso presidente Lula. Entender qual o projeto político que a gente acredita ser o ideal, e daí a formação política é chave para nós. Tanto que vamos fazer uma formação para os dirigentes do PT para que eles entendam inclusive isso: qual o papel das secretarias e dos setoriais, e qual o papel dos LGBTQIA+ nesses espaços. Porque nós não precisamos falar só sobre nós, porque é isso que acaba acontecendo aqui no PT. Vai falar sobre LGBT, chama a Janaina. Mas se tem alguém com doutorado em Economia, você ainda chama esta pessoa para o LGBT? Temos que mostrar que nossos corpos estão além disso, que as ações que promovemos têm incidência na sociedade. E que a gente não vive só por isso não. A gente vive pela eleição dos nossos.

A Carla Ayres, vereadora de Florianópolis em 2020, deputada federal em 2024, e novamente vereadora na última legislatura, era a única do PT naquela Câmara Municipal em 2022. Então, ela tinha ali aquela representação e tinha que dar conta das demandas do PT, das demandas do mandato, da demanda do país também. Com a Carla na Câmara Federal, a gente teve a oportunidade de apresentar vários projetos, e projetos que não são só sobre LGBTQIA+. Ao contrário, foram outros projetos que a sociedade almeja e deseja.

Perspectiva de mudança é real

A gente precisa derrubar essa bobagem de que LGBTQIA+ quer destruir família. A gente precisa mudar essa bobagem de que LGBTQIA+ quer privilégios. A gente precisa mudar essa roupagem. Por isso a comunicação é importante, porque os nossos e nossas militantes não precisam voltar para a base, porque elas estão na base, nunca saíram da base, continuam militando na base, mesmo que essa base seja violenta, porque essa é uma realidade com a qual a gente convive. Mas a gente precisa, para além disso, usar as redes para dialogar, mostrar o que a gente faz.

Pode haver partidos que dizem que lutam pela nossa pauta. Mas não! O PT é o primeiro partido da América Latina que criou o núcleo LGBTQIA+. O PT é o primeiro partido a lançar candidaturas LGBTQIA+. É o partido que formula políticas para a população LGBTQIA+, não é só com Lula à frente. O Fernando Haddad foi prefeito e nós tivemos uma política importantíssima, premiada mundialmente, que gerou

oportunidade para as pessoas LGBTQIA+ terem dignidade, voltar a estudar e ter uma perspectiva de futuro. Eu tenho uma companheira que saiu desse projeto tendo, pela primeira vez, a carteira assinada, passando no ENEM, e dizendo: "Eu nunca imaginei que um dia estaria entrando numa universidade". Então, essa perspectiva de mudança de vida que a gente promove é real.

As formações que a gente quer fazer, para que os dirigentes consigam fazer as mudanças sociais concretas, não seriam possíveis se a gente não tivesse a Fundação nessa parceria. Então, a Fundação também precisa entender o papel importante que vai desempenhar nessa história, nesse novo marco, nesse novo momento, que a gente tem construído.

A POLÍTICA É NA COTOVELADA, SEM PERDER A TERNURA



"A gente não vai conseguir construir uma liderança LGBTQIA+ no interior se não der o mínimo de estrutura política para que isso aconteça."

Marcelo Morais
Secretário LGBTQIA+ do PT do Estado de São Paulo

Foto: Sérgio Silva

Por muito tempo, nossa realidade estava pautada em algumas vielas da noite, estava centrada em alguns necrotérios, delegacias, estava em lugares que para nós não faz mais sentido, porque hoje a nossa realidade está sendo pautada dentro das pesquisas, dentro do Parlamento, dentro das casas legislativas. A gente teve uma experiência muito exitosa. O PT foi o partido que mais produziu parlamentares e lideranças LGBTs ao longo desses últimos anos de construção. Certamente a Fundação Perseu Abramo teve um papel muito importante nisso.

A construção de política pública se dá a partir de estudos, de olhar o passado, ver o que influencia no presente. Então, faz muito sentido para mim estar pensando a realidade da população LGBT, mas também pensando em um projeto de país, um projeto de estado, de cidade. Aqui, no estado de São Paulo, a gente tem, não sei se um bolsonarista, porque acho que ele é um tarcisista, que vem construindo uma política para a população LGBT que está pautada em ter um cargo e um salário. Temos no governo do estado um coordenador LGBT, por exemplo, que não constrói dentro do movimento e não tem pautado o movimento em nada. Então, no estado de São Paulo temos o contraponto entre duas coisas: o que essa direita fascista, reacionária, vem fazendo, e a política do PT, que vem se construindo e tem refletido nas urnas mesmo.

Na última eleição parlamentar, nós conseguimos sair de 9 parlamentares LGBT para 21 representantes do estado de São Paulo no Congresso. Tenho muito orgulho de falar isso, porque foi na minha gestão que isso aconteceu. Foi para isso que a gente construiu e vem construindo a Secretaria LGBTQI+ no estado de São

Paulo: visitar as cidades, fazer parte da construção dos coletivos municipais, fazer material para que as pessoas saibam como criar secretarias LGBTs nos municípios. Faz sentido a gente fazer isso quando entende que o PT não é só um partido de disputa de eleições. É um partido para disputar a sociedade, para construir narrativas e construir sentido nas vidas das pessoas, porque a política pública nada mais é do que construir sentidos. Tive orgulho de fazer parte da Secretaria de Cidadania no governo Haddad quando prefeito da cidade de São Paulo e pensar uma política pública para elevar a escolaridade e profissionalização de travestis.

Construir a pauta LGBT é o que a gente tem de ofício.

Acho que é importante a gente pensar qual a estrutura que o PT está construindo. E não digo estrutura financeira e física não, e sim estrutura política. Qual estrutura o Partido dos Trabalhadores constrói para as secretarias atuarem? Eu atuei na secretaria aqui de São Paulo, e sei o quanto a Secretaria LGBTQIA+ precisou estar em outros espaços para construir a pauta LGBT, porque construir a pauta LGBT é o que a gente tem de ofício. Eu fui eleito para isso, então vou colocar a pauta LGBT em outros espaços para poder incluir a política LGBT.

A gente precisa pensar as teses que o PT está construindo, precisa pensar nas conclusões que saem daqui, a gente precisa de tantos outros espaços para fazer com que a pauta LGBT seja colocada internamente dentro da discussão do partido. Se o secretário ou secretária não pensar nessa pauta, não tem outra pessoa que vá pensar. Aqui, em São Paulo, a gente teve o privilégio de ter outras pessoas, e gente sensibilizada, e quando colocava essas pautas, as pessoas aderiam de alguma forma. Para vocês terem uma noção, quando a gente entrou na Executiva, o formulário que preenchemos para compor a chapa de candidatos do PT no processo eleitoral não tinha indicação se as pessoas eram LGBTs. Então, a gente não sabia quantas eram as candidaturas LGBTs nos pleitos eleitorais. E é algo simples, a pessoa só vai marcar um ponto a mais. E não é pensar que o PT era extremamente homofóbico, que não deixava que as pessoas colocassem suas candidaturas. É o contrário. Na última campanha para deputados estaduais e federais, a gente tinha uma chapa de cerca de 205 pessoas para 80 vagas. Era um debate gigantesco com pouquíssimas vagas, e o PT colocou como obrigação ter candidaturas LGBTs. O partido entende que colocar essas candidaturas é assumir espaços para levar o debate, e que a gente está de fato ali para a política acontecer.



Você dá a sua cotovelada também

Sabemos que liderança não se constrói do nada. E aí, pensar pesquisa, pensar licenciamento para a campanhas das pessoas, pensar o planfetinho, pensar a gasolina, tudo isso é a construção de um processo de liderança também. Porque a gente não vai conseguir construir uma liderança lá em Cachoeira Paulista se a gente não der o mínimo de estrutura para que isso aconteça. E mais uma vez, eu não estou falando de estrutura física, de dinheiro, de dar dinheiro na mão do povo. Eu estou falando de estrutura política. De construção de espaço para que as pessoas LGBTs estejam ali dentro.

E aí, a gente sabe que a política é na cotovelada. Se você quer espaço, você constrói, você vem com a gente, você dá sua cotovelada também. Mas eu acho que a gente pode não perder a ternura para estar nesse espaço.

Concluo dizendo que a construção desse espaço não é inata. A construção desse espaço vem de um processo de pensar o poder, a comunicação, vem de debates. Enfim, acho importante a gente ter esse espaço para pensar de fato a nossa realidade, colocar-se em outra realidade, e conseguir avançar a partir disso. ■



EIXO 1

Guerra híbrida, desafios e perspectivas para o fortalecimento da cidadania LGBTQIA+



GUERRA HÍBRIDA: ATAQUES COORDENADOS, SINCRONIZADOS, VINDOS DE DIFERENTES PONTOS



Foto: Sérgio Silva

"Nessa modalidade de conflito, no lugar de usar uma metralhadora, você usa a comunicação como uma grande arma."

Azilton Viana
Pesquisador de Direitos Humanos, conselheiro da Perseu Abramo e membro da Secretaria Nacional LGBT

Quando a gente começa a pensar nessa questão da guerra híbrida, a nomenclatura talvez seja algo novo, mas seu processo de produção todo mundo já sabe o que é. Conhecemos alguns de seus elementos, como as fake news, o foco sobre um tema para ferir, atacar a honra, desqualificar o adversário. Guerra híbrida então é um processo nessa perspectiva. Temos a seguinte definição de guerra híbrida:

> *" conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, éticas, religiosas, socioeconômicas, geográficas em países de importância geopolítica, por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestruturas multipolares por meio do enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime. "*
>
> (Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes, Korybko, A., 2018).

Mas por que falar de guerra híbrida? Pode parecer tão distante de nós. Mas, não, muito pelo contrário! Esse processo de guerra híbrida já acontece nas nossas vidas, no nosso cotidiano. Mas é importante conceituar. Porque aí a gente pode compreender por que os corpos LGBTQIAPN+ são os mais atacados. Por que esses corpos, essas pessoas, essas identidades, essas orientações são tão disruptivas para a sociedade brasileira e por que incomodam tanto.

A forma como as guerras acontecem no mundo mudou

Vou ser bem didático. Às vezes, a gente sabe que marmelada é feita de marmelo, mas a gente tem que dizer que ela é de marmelo mesmo, porque tem gente que pode duvidar. Eu quero começar pela palavra guerra. Nas duas primeiras Guerras Mundiais, por exemplo, qual era o desafio? O objetivo era vencer o inimigo, era preciso exterminar sua existência. Mas do século XX para o século XXI, a forma como as guerras acontecem no mundo mudou. A gente não pode ser isento ou inocente, pensando que os processos são os mesmos. Não são mais. Nós já estamos no processo da Terceira Guerra Mundial. E qual a diferença? Na Primeira Guerra você tinha dois blocos, um lado contra o outro. Na guerra do terceiro milênio, no qual nós já estamos, as guerras são pontuais. Temos o conflito da Ucrânia com a Rússia. Temos em Israel e Palestina outra guerra. E ainda há as guerras no continente africano, que nunca pararam de acontecer. Então, vejam. Se lá atrás a guerra era entre dois pólos de tensão, agora temos pequenas guerras em lugares diferentes ao mesmo tempo. Esse é um elemento que a gente não pode esquecer.



Outra coisa, antigamente você matava seu adversário com arma, você tirava sua vida e estava resolvido. Hoje, sabe como é que se faz isso? Usando a comunicação. Por isso este é um tema que precisamos discutir e entender. Porque você não mata a pessoa em si, você mata a sua reputação. Você mata o que a pessoa tem de melhor. E aí, a pessoa entra em parafuso. Quantas pessoas nós conhecemos que entram em síndrome do pânico e uma série de doenças, inclusive doenças mentais por conta exatamente disso?

Domínio das fake news, das mentiras, das construções falsas

E temos também a palavra híbrida. A guerra híbrida é híbrida porque ela junta vários elementos. Nas guerras antigas você não tinha o elemento da comunicação tão essencial, porque os exércitos venciam ou eram derrotados. Agora você vence a partir da comunicação, que é um grande instrumento de manipulação, o mais poderoso e grave que temos hoje, com o domínio das fake news, das mentiras, das construções falsas, os famosos fakes, processos que têm sido usados de maneira massiva, organizada e sincronizada. Veja bem, são ataques que têm esses três elementos: são coordenados, sincronizados, e vêm de pessoas diferentes, sempre atacando o mesmo tema.

Nós precisamos fazer uma reflexão a partir da nossa guerra híbrida. O que nós construímos nos nossos locais de trabalho, nas nossas comu-

nidades, nos nossos centros de pesquisas? Eu participei como membro de uma banca de uma dissertação da USP cujo tema era discriminação dos locais de trabalho das pessoas LGBTQIA+. Eu fiquei assustado com os dados, fiquei horrorizado. A aluna fez um levantamento no Portal G1, no Portal da CUT e no portal da CTB sobre violência e, acreditem, em todos os sites a principal violência que aparece tem a ver com gênero, com a orientação sexual e com o racismo.

Não é que tenha me surpreendido, mas nós precisamos pensar que sujeitos somos nós que não combatemos esses três elementos que interagem entre si: a discriminação de gênero, de orientação sexual e o racismo. Tem um caso que a autora da dissertação apresentou de um rapaz negro, trans, que é gerente de uma grande empresa. O rapaz passou no processo seletivo, mas quando chegou para assumir o cargo, a gerente que devia recebê-lo, falou: "Além de negro, é viado e deve ser petista". Está lá na dissertação, literal: "Eu não quero essa porra aqui, não". Vocês entendem? É sobre isso. Mas isso foi lá atrás? Não. A pesquisa dela é de 2018 a 2023, de agora. Mas por que é importante essa dissertação? Porque ela traz à luz o que nós falamos todos os dias, mas que fica relegado ao esquecimento. Ou fica naquela questão de "ah, só falam de mimimi..."



Eu tenho orgulho de dizer que nós somos cidadãos e cidadãs. A Carla Ayres, que é uma vereadora exitosa, coincidentemente é lésbica. Mas é uma vereadora capaz de falar de mobilidade, de moradia, de renda, porque ela vive na cidade também. Mas nos tratam jogando para falar apenas da nossa identidade, das nossas orientações, como se nós não soubéssemos falar de mais nada. E aí, a guerra híbrida é mais eficaz.

Não podemos abrir mão da nossa formação

Considerando que a guerra híbrida é uma guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar, temos que pensar: o que nós queremos? Dizer o que nós somos não precisa, porque nós já fizemos isso. Isso já está dado, nós já conseguimos esse espaço. Agora, queremos ocupar os espaços de poder. E quando eu falo espaços de poder, são todos eles. Por isso eu brigo muito. Brigo por formação, porque não podemos abrir mão da nossa formação, da nossa capacitação. E o que essas pessoas que nos atacam esperam de nós? O que elas querem com essa guerra híbrida voltada contra nós?

A guerra híbrida é ampla. No Brasil, inclusive, ela foi pensada para desestabilizar a própria democracia, e isso é muito grave. Na guerra híbrida, no lugar de você usar um fuzil, uma metralhadora, você usa a comunicação como uma grande arma. Agora você é cancelado nas redes. Olha que coisa estúpida. Como eu sou analógico, falar em cancelamento de rede pra mim é nada, mas para muita gente, acaba com a vida, infelizmente. E nós temos uma geração que está chegando com toda essa tecnologia, com todos os acessos, mas com sua fragilidade do ponto de vista da formação, do conhe-

cimento mesmo. E não estou falando que a gente tem que ser o bam bam bam, que só o conhecimento formal resolve, porque a maioria das pessoas não têm esse acesso. Não é sobre isso, não. É sobre educação básica.

Eu sou formado no movimento LGBT, na minha entidade básica lá em Belo Horizonte, que fez uma formação para novas lideranças. Todos têm seus próprios méritos, mas é a formação que te dá a base e que te orienta, e que faz toda a diferença. E aí nós temos que nos organizar coletivamente. É importante que o Marcelo Morais esteja aqui. Ele tem a força do coletivo por trás dele, para que ele não vá para uma reunião da Diretoria ou do Diretório Estadual do PT falando sozinho, sendo apenas uma única voz no meio da multidão.

Comunicação e formação para fortalecer o futuro

Eu quis trazer o tema da guerra híbrida aqui para que a gente não se esqueça que esse processo visa não mais atingir as pessoas com armas, fisicamente, mas atingir de maneira tão dura e tão drástica, do ponto de vista da comunicação e dos relacionamentos, que as pessoas também se ressentem. Quantos de nós aqui conhecemos pessoas LGBT que queriam ser candidatas e tiveram que abrir mão de seus sonhos, seus desejos, porque não se sentiram seguros e confortáveis para ocupar esse lugar. Porque a violência é grande.

É importante ficar na nossa mente que a informação passou a ser um instrumento bastante utilizado nas guerras, pois permite com que os conflitos, declarados ou não, sejam noticiados, tornados públicos, até mesmo legitimados e considerados aceitáveis por determinados grupos. E é isso que acontece nas redes sociais hoje. Então, é preciso falar de comunicação, comunicação, e comunicação. Sempre. E, aliada à comunicação, a formação. Eu chamo a atenção de vocês para reflexão de como nós podemos interagir e estabelecer relações entre formação e comunicação para fortalecer nossa ação no futuro.

NOSSAS PAUTAS NÃO SÃO PAUTAS IDENTITÁRIAS, SÃO PAUTAS HUMANITÁRIAS



Foto: Sérgio Silva

"Nos apartar da luta de classes é até violento conosco, porque a luta de classes está nisso também, na garantia dos direitos."

José Pennafort
Cientista político e assessor legislativo na Câmara dos Deputado

Eu trabalho há vinte anos no Congresso Nacional como assessor legislativo e, desde que entrei lá em 2003, estive em todos os governos do PT, e posso falar que eu vi a construção da política LGBT fora e dentro do Parlamento. E vi como a nossa existência foi sendo tratada de forma diferente nesses últimos oito, nove anos, em relação ao que era até 2015, mais ou menos.

A primeira Frente Parlamentar sobre o tema, formada em 2004, a Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual, contou com a assinatu-

ra de todos os deputados. Tinha esse nome até como um eufemismo para fugir da palavra gay e na época nem se falava em LGBT. Mas as pessoas tinham medo de se posicionar contra a formação da Frente. Foi como nosso movimento de primavera, a gente apareceu, começaram as paradas gays. A de São Paulo começou a crescer, as paradas do Rio, de Brasília começaram a florescer, e as pessoas começaram a ficar com medo de se posicionarem contra os LGBTs. Quem se colocava contra eram aquelas pessoas consideradas folclóricas, como o Bolsonaro. Eram pessoas que não tinham valor na discussão pública. Os parlamentares sérios defendiam a Frente, independentemente da coloração partidária. Todo mundo estava junto e o PT estava sempre à frente desse movimento. Os primeiros coordenadores da Frente foram do PT. E o movimento foi crescendo, a gente conseguia apresentar projetos, e via serem discutidos e aprovados em um nível um pouco melhor do que é hoje.

Eu sempre digo que quando você vai alargando a sua presença, você vai tendo a reação contrária. A gente está quebrando o *status quo*. Mas não temos como fugir do Estado liberal. Então, quando foi feito o pacto dessa sociedade liberal nós fomos excluídos, assim como as mulheres. E eu até quero estudar mais sobre o que a exclusão LGBT tem a ver com a exclusão das mulheres, porque nós somos sempre trazidos para o feminino, e não se aceita, por exemplo, as mulheres lésbicas, porque elas, na cabeça deles, estão desafiando o masculino. É sempre a questão do macho e por isso nós fomos excluídos. E nós temos que refundar esse pacto, temos que refazer esse pacto.

Demandas colocadas como menores

E aí que está ocorrendo todo o drama, porque quando nós falamos que temos direitos, que nós precisamos ser reconhecidos, que precisamos existir, a reação está sendo desproporcional ao que nós estamos pedindo. Começou com o descrédito. As demandas foram colocadas como menores, com a ajuda, inclusive, de companheiros da esquerda, com aquela discussão marxista de que a questão sexual é uma trivialidade burguesa, como se o trabalhador não estivesse no chão, no último nível da escala de valores de uma empresa. Mas nenhum heterossexual vai ser demitido por estar beijando sua companheira, já o homossexual tem medo de ser demitido. Tenho amigos que são casados há 20 anos e nunca postaram nada de seus companheiros com medo de serem demitidos.

Então, nos apartar da luta de classes é até violento conosco, porque a luta de classes está nisso também, na garantia dos direitos. Vou até roubar uma frase que a vereadora de Florianópolis Carla Ayres usa muito, e que eu adotei para minha vida: nossas pautas não são identitárias, são pautas humanitárias. Porque quem nos agride começou a usar esse termo e a colocar identitário como um palavrão. Quando a gente começou a discussão, lá em 2003, era "Não nos Matem", mas era também com o mote "Eu tenho direito de amar". E hoje, a questão é de existir mesmo. Eles querem negar nossa existência, querem negar uma pessoa o direito de usar o direito de um banheiro, querem proibir uma pessoa a ter um nome, querem se meter e controlar.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Eu fiz uma pequena pesquisa e são mais ou menos 348 projetos de leis no Congresso que tratam de LGBTs. Do nosso campo, pró-cidadania, tem vários projetos nesse sentido, de direito à união civil e outros. E do outro lado, são projetos para proibir pessoas trans de usar banheiros femininos, proibir pessoas trans de participarem de competições, de usarem o nome social. Eles usam todos os projetos de leis para sustar os avanços que surgem. Eles apresentaram projetos para sustar legislações, e isso não existe, é uma aberração jurídica. Mas passou na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, um projeto de lei para sustar a decisão do STF que reconheceu o direito de se usar o nome social e o direito do uso do banheiro.

Capital político que as pessoas trans ainda não têm

Eu percebi que, com o passar do tempo, os homens gays e as mulheres lésbicas conseguiram ganhar algum tipo de capital político, e este é um capital que as pessoas trans não têm ainda, mas que estão construindo. Então, nos atacar ficou um pouco mais complicado, porque conseguimos conquistar direitos e voz. Então, em qualquer manifestação contra um homem gay ou uma mulher lésbica, eles têm um pouco mais de cuidado. Mas eles não têm cuidado com a pessoa trans, porque não é uma causa pacífica nem dentro do nosso movimento. A gente vê transfobia ocorrendo dentro do próprio movimento. Então, eles conseguem repetir muito mais o seu discurso contra uma pessoa trans do que contra uma pessoa gay. Está bonitinho lá na novela dois meninos se beijando, duas meninas, mas poucas pessoas têm simpatia por uma pessoa trans, porque historicamente foi construída aquela figura sempre ligada a questões negativas.

Então, o inimigo, hoje, são as pessoas trans. Dizem que elas que vão usar o banheiro para estuprar crianças e as mulheres, que elas que vão tirar o emprego das mulheres. E apesar de ter uma violência contra os homens trans no campo político, a violência contra a mulher trans é muito maior. Para eles, ser trans é só mulher. Porque para eles, homem trans é uma mulher sapatão. Eles não conseguem ver um homem trans como um homem. É uma mulher. Enquanto que a mulher trans, eles elegeram como um grande inimigo. Isso me remete à Hanna Arendt, naquela obra *As Origens do Totalitarismo*, que fala exatamente que você vai eleger um inimigo, e vai bater, e vai usar todas as formas de colocá-lo como o grande vilão. E hoje, eles conseguem colocar as pessoas trans como o grande vilão em todas as discussões. Eu atuo muito na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e não tem uma única vez que os deputados de direita não usem a questão das mulheres trans no esporte e no banheiro. Vamos discutir o desmatamento, qualquer coisa, e eles: "Ah, porque vocês querem destruir o gênero". Eles estão massificando as questões a respeito da nossa população a partir das mulheres trans. É o bode expiatório de todo mal da humanidade.

Lutando nas redes, campo do inimigo

Faço uma provocação para pensarmos dizendo que as redes sociais das big techs são dominadas pela direita. Todos os donos das big techs estavam na posse do Trump comemorando sua eleição. E se eles são donos das redes, como a gente vai querer lutar no campo deles? Como a gente vai querer disputar as redes no mesmo nível e da mesma forma? Não tem como! Acho que isso é um primeiro passo para a gente descobrir uma forma de burlar isso. Aponto isso porque eu não sigo nada da direita. Eu bloqueio todos que são de direita, mas todos os dias eu recebo vídeo do Nikolas Ferreira. Todos os dias. Isso significa que o algoritmo é viciado e ele vai obrigatoriamente entregar isso para todo mundo. Mas vai a gente

publicar alguma coisa para a gente ver. Eu trabalho com o deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo, e os vídeos dele nas redes, numa semana ele comemora: "Nossa, meu vídeo chegou a um milhão de visualizações". Na semana seguinte, outro vídeo dele não chega a 50 mil pessoas. Quando ele consegue furar a bolha, a META consegue colocar uma restrição e não entrega o post. Eu não recebo os vídeos que ele posta. Eu tenho que entrar na página dele e procurar pra ver. Mas eu recebo o do deputado Nikolas Ferreira, que eu não sigo.

Então, as redes são viciadas e a gente tem que entender que está lidando com o campo inimigo. Nós precisamos de estratégias que permitam burlar isso e que permitam que a gente consiga fazer a discussão. Não vamos nunca chegar ao mesmo número de armas, mais um pouco próximo. Nós temos que ocupar as redes, claro, temos que tentar fazer o contraponto dessa massificação.

Eu fiz um estudo em 2017 sobre como a Bancada da Bíblia tratava os LGBTs. Em todos os discursos, eles usavam a palavra pedofilia, usavam a palavra estupro, e usavam a palavra drogas. Mesmo que essas palavras não estivessem ligadas diretamente a nós, eles as colocavam na mesma frase, no mesmo pensamento sobre nós. Então, temos um rebaixamento da nossa existência no Parlamento. Além disso, nós temos um rebaixamento dentro dos próprios partidos, que ficam empurrando a gente para a pauta identitária apenas. E os parlamentares LGBTs são forçados a fugir da pauta. Só que essa pauta que eles nos forçam é importante também. E é um contrassenso. Por que? Parlamentares cisgênero, vários, têm pauta única. Você nunca viu alguém criticar nosso ex-senador Eduardo Suplicy por falar de renda mínima. É a pauta dele. Em tudo, ele vai falar da renda mínima, mas ele é respeitado, ele é valorizado. Mas se é um parlamentar LGBT, dizem: "Lá vem



ele com pauta LGBT". E se ele tenta fugir disso: "Ah, mas se ele só fala de LGBT, por que ele vai falar dessa outra pauta?" Então, nós acabamos internalizando a fuga da pauta LGBT, porque, se adentrarmos com essa pauta, vamos ser rebaixados. Isso porque até dentro dos partidos, e isso inclui o nosso, infelizmente, a pauta LGBT é considerada uma pauta secundária. Enquanto a gente não ampliar nossa bancada no Parlamento, a gente vai continuar sendo rebaixado no partido e na sociedade.

Nós temos que ocupar os espaços. Fazer política LGBT é fazer política pela democracia. É fazer política para todos e todas. Nós temos que conseguir, a partir das ferramentas que a gente tem no mundo cis, heteronormativo, passar por essas barreiras do algoritmo, inclusive partidário, para reforçar nossa pauta na política interna e para influenciar na política externa. Acho que esse é nosso grande desafio.

É PRECISO COMPREENDER AQUELES QUE NOS ELEGERAM COMO INIMIGO



Foto: Sérgio Silva

"Entre os desafios LGBTQIA+, e do PT, estão recuperar a luta classista, retomar a organização coletiva e entender e ocupar as redes sociais."

Carla Ayres
Cientista social e política e vereadora do PT em Florianópolis (SC)

No livro *A Arte da Guerra* (Sun Tzu) existem praticamente quatro elementos que são necessários para vencer uma guerra. Isso na guerra tradicional. São quatro recursos: recurso humano, econômico, político e social, e ainda o território, que se disputa ou que se acumula para ir a uma guerra. São instrumentos para guerrear mas, antes de tudo isso, é preciso estudar o inimigo e o território do inimigo.

Eu acho que a gente só vai responder e superar os nossos desafios, e também vou elencar alguns deles, se a gente partir do princípio de que é preciso compreender aqueles que elegeram a gente como inimigo. Por mais indigesto que seja aguentar diariamente essas pessoas nas nossas cidades, lá nas Câmaras onde estamos inseridos, inseridas e inserides, nos grupos familiares do almoço de domingo, na sociedade, nós precisamos compreender isso.

Eu queria dizer que o nosso primeiro desafio, e eu vou trazer quatro – e acho que não são os únicos que temos para avançar nesse contexto –, é compreender as origens desses ataques. O Azilton já falou do livro *Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes,* e eu queria fazer uma historinha aqui sobre esses ataques. O José Pennafort também já pontuou um pouco do ponto de vista do Congresso, no campo da política eleitoral e na disputa da sociedade, sobre esse boom de guerra híbrida, que coloca nossos corpos no centro dessa guerra.

Bolsonarismo é produto de guerra híbrida iniciada com eleição de Lula

Para compreender a origem dos ataques, vamos apontar que os nossos companheiros e companheiras tendem a ler a extrema direita como um produto do bolsonarismo. Mas, na verdade, é o bolsonarismo que é produto de uma construção que vem muito antes, que começa a se organizar e a nos estudar a partir de primeiro de janeiro de 2003, quando o primeiro operário toma posse como Presidente da República desse país. Então, eles começam a estudar a nossa organização a partir desse momento. E o ódio contra nós surge quando o Lula vai à televisão e diz: "Pela primeira vez na história desse país, as mulheres, o pobre, o filho do pedreiro os negros e negras, os LGBTs vão ter direitos". A partir dessa fala de "pela primeira vez na história desse país", o ódio começa a se estabelecer mais estruturado.

Esse ódio passou a ser mais organizado a partir de 2004, quando foi lançado o programa Brasil Sem Homofobia, do Ministério da Saúde, que mobilizou secretarias e ministérios para construir uma política voltada para nós LGBTQIA+. E esse ódio se intensificou a partir de 2006, quando uma sapatão se tornou a primeira coordenadora LGBT na Secretaria de Direitos Humanos, e ainda mais em 2008, quando

nós tivemos a primeira conferência LGBT do mundo. Até então, nunca os LGBTs tinham se organizado para discutir políticas públicas enquanto um grupo coletivo de sujeitos que vão pensar em seus direitos.

Eleições pautadas por elementos de gênero

E daí, do ponto de vista da narrativa e das fake news, surgem os elementos de ódio pautando eleições e a sociedade. Isso não foi em 2018, foi ainda em 2010 quando a eleição da Dilma foi pautada por elementos de gênero. Na eleição da Dilma, Serra já colocou o debate do aborto como centro do segundo turno.

Então, quando a gente fala em formação, vale muito essa formação que vai ser dada para os dirigentes do nosso partido que não são LGBTs, que precisam conhecer a nossa história enquanto movimento social, mas também enquanto militantes de um partido de vanguarda. Em 2011, já nesse contexto bastante vexatório, a Dilma deu uma declaração muito mal assessorada, que nós nunca esqueceremos, de que o seu governo não faria propaganda de opção sexual. E ali foi a senha para que Feliciano, Malafaia, Bolsonaro, Magno Malta encontrassem uma brecha para construir esse discurso no Congresso a partir de 2013, quando o deputado Marcos Feliciano se tornou presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. E daí todo o circo que nós conhecemos tomou uma magnitude nacionalizada.



Mas nós, que somos do campo LGBT do PT, sabemos de onde vem isso daí. E vem para a América Latina toda. O discurso anti-gênero não é um discurso que caiu de cabeça no Brasil. Vem para América Latina, porque de 1998, quando Hugo Chávez ganhou as eleições na Venezuela, até 2010, nós passamos na política por uma onda de governos rosas, que são as esquerdas assumindo os governos e, consequentemente, mostrando mais as pautas de gênero, de mulheres, de negros e negras, de indígenas. Então, essa escalada do ódio é regional, e hoje nós vemos essa escalada global, vemos esse ódio em Portugal, na Itália, na França.

A Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa de opinião na sociedade brasileira chamada *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*, mas nós apropriamos muito pouco dos dados ali apresentados. Então, fica a ideia de se reeditar essa pesquisa, porque, como eu disse, conhecer o campo inimigo, ou aqueles que nos elencaram como inimigos, é extremamente importante. Então, o primeiro desafio que eu trago é o de conhecer a origem dessa guerra da qual a gente está falando.

Golpe contra Dilma Rousseff descontinuou a organização coletiva

Um segundo desafio parte de um elemento importante, que é a organização coletiva. O golpe contra a presidenta Dilma, que é parte dessa

história, interrompeu muitas coisas no Brasil e, inclusive, descontinuou e desestimulou, sobretudo, a organização social e coletiva, quando passaram a perseguir conselhos, quando criminalizam sindicatos e movimentos sociais. E isso fez com que nossa capacidade de se reunir, formular, construir estratégias também diminuísse. O MST foi extremamente penalizado, e segue sendo. É o movimento mais penalizado da História, porque é o movimento da vanguarda da História mais presente e aguerrido do mundo, eu diria. Mas interromper esse processo participativo de organização foi fundamental para que eles avançassem.

E daí, fica uma crítica para nós. Acho que a esquerda e o PT, e eu vou falar aqui das organizações tradicionais, ficaram um pouco zonzos com esse processo e cegos também, em não perceber que na sombra do ódio nasciam organizações não tradicionais, outros métodos e outras linguagens políticas que precisam ser valorizadas. Porque na esquerda, infelizmente, se não está no meu quadradinho, onde a gente pode ter um controle do conteúdo e da forma, parece que novos tipos de organização não funcionam ou não são valorizados. Acho que a gente precisa olhar para esses coletivos que são antissistema e não são de direita. São antissistema porque, para uma parcela da sociedade hoje, dos seus dezoito aos vinte e poucos anos, o sistema foram os nossos governos. Portanto, é natural que se construa uma narrativa antissistêmica, e nós não podemos desprezar isso, ou tutelar determinadas formas de organização.

A gente precisa fortalecer essas formas de organização, não como mentores, mas para aprender com elas. Ouvir essas organizações, e acho que esse é um desafio que está colocado para nós, inclusive, LGBTs, que temos as nossas expressões em todas as parcelas da sociedade, urbana, rural, nas periferias, nos centros, nas pequenas cidades, nas grandes cidades, e que muitas vezes os nossos estão ali organizados pela música, pela festa, pela literatura, pelo teatro. E ao construir outras linguagens coletivas, nós estamos fazendo formação política. Mas parece que para nós, que temos uma tradição mais ortodoxa, se não tiver uma ONG com estatuto organizado, registrado, não é organização. Então, esse desafio, eu acho extremamente importante.

Recuperar o conteúdo classista de nossas lutas

Um terceiro desafio é também uma pincelada crítica para nós, e tem a ver com recuperarmos o conteúdo classista da nossa luta de diversidade e de gênero. Durante muito tempo, acho que nós nos deslocamos desse processo ao buscar conquistas pontuais, digamos assim, ligadas nos anos 1980 com a questão do HIV, da Aids. Então nós tínhamos um foco, a visibilidade das paradas, e depois, o casamento, o direito à adoção, a criminalização da LGBTfobia, o nome social, e etc., e descolamos um pouco desse conteúdo de classe. Devemos partir do princípio de que nós somos trabalhadores que, por sermos LGBTI+, ou por sermos mulheres, ou sermos negros e negras, temos a nossa condição de trabalhadores e trabalhadoras ainda mais vulnerabilizada. Temos que levar em conta também que LGBTfobia, ao contrário da luta de classes que é uma relação entre o patrão e o empregado, está presente na mesma mesa do call center em que trabalhamos, por exemplo. O meu colega de call center vai cometer LGBTfobia bem do meu lado. Portanto, não é só uma relação hierárquica de opressão como seria na luta de classes. E quando se nega isso ao se falar da luta civilizatória, a discriminação se torna estrutural. Se a gente está dizendo que existe uma discriminação que nega a nossa existência, a discriminação não é identitária. É estrutura, é princípio.

Acho que a gente precisa recolocar essa luta classista. Quando a gente descola dela, a gente não convence os companheiros e companheiras do partido de que a gente é classista, que nossa luta é de classes. A fake news do identitarismo pegou muito fácil. Nós conseguimos avanços pontuais, mas nós demos brechas para que as bichas de direita estejam aí nadando de braçada, surfando na política e na sociedade. Como os Hollidays da vida, a vereadora de Londrina Jessicão opressora e outros que estão por aí.

Precisamos entender e ocupar as redes sociais

E o quarto desafio que coloco é que, diante disso tudo, nós precisamos entender a extrema direita partindo de alguns princípios que eu acho que são importantes. Primeiro, que a extrema direita não é homogênea, que o fundamentalismo religioso não é homogêneo, não é todo pentecostal que pensa igual, o Silas Malafaia não representa a síntese do pentecostalismo no Brasil. Mas eles possuem uma racionalidade. Existe racionalidade, uma ação orquestrada em tudo que é feito. Eles têm organização, e a gente precisa compreender o projeto deles. A que serve o discurso anti-gênero? Qual é o lugar desse discurso num projeto maior, que eles têm obviamente, que passa pela comunicação, que passa pela alternância de regime? E daí eu quero voltar ao papo de estudar o outro.

Para mim, as redes sociais hoje, as big techs, são os meios de produção do século XXI. Se elas são os meios de produção do século XXI, e todos nós trabalhamos de graça para monetizar e acumular capital cada vez que abrimos o Instagram, que a gente possa então ocupar os meios de produção. Se a base do socialismo são os despossuídos dos meios de produção, nós precisamos compreender as redes sociais, sim. Precisamos entender como funcionam. Não significa disputar no mesmo território obrigatoriamente, mas a gente precisa instrumentalizar esse lugar, porque a extrema direita não está se limitando às redes sociais, está na sociedade com muitas formas de organização.



Construir esse diálogo mesmo com aqueles que não estão do nosso lado

Então, temos que entender esse contexto de origem dessa guerra híbrida, compreender a própria extrema direita, recuperar o nosso sentido classista, retomar os nossos processos de formação, valorizando essas novas linguagens, novos métodos e iniciativas, porque é essa organização que vai possibilitar várias coisas. Vai possibilitar eleger mais dos nossos, vai possibilitar força social para criar políticas públicas sobre nós, e para nós e conosco. Vai possibilitar que a gente dispute as narrativas nessa guerra híbrida, e vai possibilitar o acúmulo de forças necessário para que a gente construa diálogos.

Acho necessário construir esse diálogo mesmo com aqueles que não estão do nosso lado, porque muita gente que não é de esquerda, que não tem uma estrela vermelha na testa, não concorda com o que está acontecendo. Mas para a gente descobrir no silêncio daqueles que silenciam quem está conosco, a gente vai ter que conversar. Vai ter que conversar com muita gente. A gente vai ter, inclusive, que reconhecer que, em 2030, mais de 50% da população brasileira será evangélica, e que se a gente disser o tempo inteiro que evangélicos disseminam ódio, que evangélicos querem nossa morte, e que cristãos não nos compreendem, a gente vai afastar essas pessoas. Porque a gente diz que eles disseminam ódio, só que eles chegam nas igrejas e tem acolhimento de seus líderes que usurpam sua fé, usam da sua fé para nos atacar. Então, precisamos fazer uma diferenciação aí, do joio e do trigo, nessa retomada formativa que vamos ter.

O QUE A GENTE MAIS FAZ NA VIDA TODA É TOMAR PANCADA, E NA POLÍTICA NÃO É DIFERENTE.



Foto: Sérgio Silva

"Para ser LGBTQIA+ na política, tem que ser uma bicha guerreira, porque todo dia é uma guerra."

Vitor Costa
Vereador e presidente do PT em Divinópolis (MG)

Eu quero explicar o contexto da minha cidade. Divinópolis é uma cidade polo, de 250 mil habitantes, no centro-oeste de Minas, e é aquela cidade referência para todas as outras. Referência em saúde, referência em assistência e é referência também do bolsonarismo. É a cidade que exportou o Cleitinho para senador, que agora quer ser governador. Ele foi vereador, inclusive já sentou na mesma cadeira que eu sento. O irmão gêmeo dele é prefeito, e o outro irmão é deputado estadual. E eles têm mais um irmão na gaveta, que a qualquer hora vem aí.

É importante vocês compreenderem o contexto, porque na minha cidade há doze anos ninguém conseguia ser eleito pelo Partido dos Trabalhadores. A gente sempre lançava uma chapa potente, mas não conseguia votos suficientes nem para suplente. Eu já era filiado ao PT, me filiei pela internet, e o partido nunca me procurou. Eu nunca participei de um grupo de WhatsApp, nunca fui a nenhuma reunião, e eu nem sabia se tinha outros petistas na minha cidade, porque o partido não me procurava. Era no momento da pandemia, quando as pessoas iam para vacinar protestando com uma máscara escrito "Fora Bolsonaro!". Mas o mantra da minha cidade, com todo aquele bolsonarismo, com aqueles três personagens, era repetir tudo que o Bolsonaro fazia.

Mas eu mandei fazer uma camisa vermelha escrito "Viva o SUS! Fora Bolsonaro! Fora Cleitinho! Fora Gleison! Fora Eduardo!" e fui tomar a vacina. Tirei uma foto para fazer um auê com os meus seguidores. Eu estava trabalhando no setor privado, meu patrão era mega bolsonarista, e de repente, eu comecei a receber um monte

de mensagens porque um deputado estadual tinha publicado a minha foto, com a camisa visível para o povo me atacar. E naquele momento, eu descobri que tinha PT na cidade, porque o partido me acolheu, outros movimentos também, e aí já fui conhecendo toda a nossa galera.

Candidatura e mandato sob ataques

Depois de muita luta, de muito chão de movimento social, comecei a construir uma pré-candidatura. No processo de campanha eu enfrentei uma pesquisa fraudulenta, financiada pela extrema direita; teve gente que acusou minha campanha de comprar votos, eu entrei na Justiça contra essa campanha e não ganhei. Em nossa realidade do interior, não podemos contar com o Ministério Público, porque eles não vão agir contra o lado que tem um senador da República, e o juiz não vai te dar sentença favorável na primeira instância.

Quando consegui ser eleito, sendo o mais votado da nossa Federação Partidária, puxando duas pessoas do PV com as quais infelizmente não podemos contar na luta diária, tive problema com a prestação de contas da campanha. A prestação foi rejeitada e virou uma briga. Minha cara estava estampada em todos os jornais da cidade e aí começou: "É do PT, é do PT". E por mais que a gente explicasse que ainda havia prazo para a prestação, que dava para reverter, a imprensa não aceitava, dizendo que eu não ia diplomar. Virou aquele negócio todo mas eu fui diplomado. Outra coisa é que, embora na Câmara da cidade existam outros vereadores do babado, eu fui o primeiro eleito como gay declarado no TSE. E as pessoas na Câmara que a gente sabe que são LGBTs, um do PL e outro do Novo, não carregam a pauta e não têm compromisso.

No início do mandato, nos primeiros dias, minha equipe nova estava aprendendo como funciona a Câmara, e já havia pessoas remuneradas para atacar a gente. E aí divulgaram uma coisa assim: "Bomba de vereador de Divinópolis! Por isso ele faz o L!". Na mesma época tinha saído uma notícia de um rapaz de 26 anos, lá da cidade, que teve seu celular, notebook, tudo apreendido por ter pornografia infantil. Eu tinha 26 anos e, aproveitando aquela notícia, os adversários falaram que iam soltar uma bomba, e aquilo gerou um grande pavor na minha equipe. E me lembro da minha chefe de gabinete, que é uma pessoa em quem eu tenho muita confiança, entrar na minha sala e dizer: "Me conta, o que está acontecendo". Eu falei que não tinha nada. Mas as pessoas me ligavam de madrugada, avisando para eu olhar as redes sociais. E você fica duvidando de você mesmo, você nem dorme. O terror psicológico que fazem com você, seus familiares e sua equipe é terrível e te deixa abatido. No meu caso, me tirou a fome. Se vocês olharem as minhas redes sociais de um tempo atrás, eu estava com 10, 15 quilos a menos, porque a campanha me destruiu, era um ambiente hostil.

Não conseguem me colocar como anticristo

Ainda assim, eu concorri a uma vaga na Comissão de Educação da Câmara. Eu sou administrador por formação, estou cursando último período de História, e fui conselheiro municipal de Educação duas vezes. Então eu tinha legitimidade para pleitear a vaga. Eu nunca tinha visto campanha para uma Comissão, mas teve. Na semana de votação, lançaram uma campanha dizendo que eu não poderia entrar, que não podia ter um petista na Comissão, porque eu iria implementar a linguagem neutra. Fizeram tanta coisa horrorosa e a gente pensou se deveria judicializar. Mas para depois perder? Fica mais feio. Decidi fazer a disputa política mesmo, mas não venci. Me colocaram então para discutir Segurança Pública, porque achavam que um vereador do PT não ia conseguir, e hoje eu co-

bro todas as promessas de campanha do prefeito, publicamente. Sempre sou minoria na Câmara e nunca um pedido de Audiência Pública meu foi aprovado. Sou o único parlamentar de oposição na Câmara de 17 vereadores e todo mundo tem aparelhagem na prefeitura. Todo mundo abaixa a cabeça e pronto.

A única coisa que não conseguiram fazer comigo foi me colocar no papel de anticristo. Aí eu preciso contar uma parte importante da minha história. Eu sou filho de pastores. De pai e mãe pastores evangélicos. Minha mãe é pastora superintendente. Eu não frequento a igreja, porque eu fui convidado a me retirar, mas eu tive uma base eleitoral muito grande entre os evangélicos pela pessoa que sou, por terem me visto crescer, e verem o meu trabalho dentro da igreja até eu sair. E hoje, eu também faço com eles a disputa da narrativa dentro da fé, porque a extrema direita não tem nada a ver com o cristianismo. E a partir do momento que um bolsonarista pega a tribuna da Câmara para me xingar, para me chamar de filhote de PT, eu venho depois dele com muita calma e falo: "Engraçado, quando que na composição da Câmara teria um missionário de uma missão tão importante, eu imaginei que ele seria pautado pelos frutos do espírito, que é saber da verdade, saber conversar com o próximo, e não por uma pessoa que gosta de fazer contenda". Aí, na maioria das vezes eles têm que ceder, porque a gente mostra que está do lado das pessoas que são historicamente ofendidas, historicamente rejeitadas, e isso é importante.

Aprendi a fazer o enfrentamento

E a melhor defesa é o ataque. A Prefeitura da cidade não respeita os servidores e faz uma série de atropelos. E aprendi a fazer esse enfrentamento na prática, porque se eu pego um crime ambiental que a prefeitura passou pano, eu tenho que ter prova com um vídeo, uma foto. Eu vou lá, denuncio, mas nunca mostro todas as minhas cartas, porque a primeira coisa que eles vão dizer é que eu estou mentindo. E aí, vou lá e mostro uma prova. E vou levando, e eles vão ficando cada vez mais desarmados. Podem ser 16 vereadores, pode ser o prefeito, o senador, o deputado. Quando a gente está bem embasado, e quando consegue fazer nosso discurso chegar na população, defender quem realmente precisa, que é o povo trabalhador, eles, no mínimo, têm que pensar duas vezes antes de vir comprar briga.

Para ser LGBTQIA+ na política, tem que ser guerreira, tem que ser uma bicha guerreira, porque todo dia é uma guerra diferente. Então, eu preciso ter maldade quando eu vou fazer uma denúncia, publicar uma hora antes de começar a sessão da Câmara, porque aí você vê os vereadores doidos, correndo para ver o que está acontecendo, e mudando o discurso na hora. No início do meu mandato, eu chegava lá, o governo mandava a pauta, e eu ia só defender, falar que eu não ia votar, e perdia na votação. E aquilo ia dificultando todo meu trabalho. Hoje não! O caminho é inverso, porque a gente tem tanta irregularidade, que sou eu quem pauta o ritmo da Câmara. Então, eu denuncio, a coisa ganha proporção, e tenho todos os 16 com discurso contra mim. E na maioria das vezes eu fico lá rindo porque deu certo. Isso também é organizado com os nossos companheiros de partido. Se eu entrar numa denúncia, eu nunca entro sozinho. Primeiro eu venho, falo uma coisa, depois o companheiro grava um vídeo, põe na rede e vamos nos articulando, porque isso é organização tática.

Entrando nos grupos de Whatsapp

Outra coisa é que precisamos também disputar os espaços de controle social. Nós precisamos estar nos Conselhos Municipais, nós precisamos nos organizar. Quantos de nossos

companheiros estão acompanhando os Conselhos das cidades? Quantos de nossos assessores estão nos Conselhos? Porque lá a gente fica sabendo da dor latente da população e consegue representá-la de fato. A disputa nas redes sociais é indispensável, mas a disputa na rua também é. E tem que ser combinada, porque nós vamos naturalmente estar em desvantagem.

Uma ferramenta super importante é o WhatsApp, que a gente ainda está aprendendo a usar a nosso favor. Depois de tomar aquela surra na eleição para a Comissão de Educação, eu vi que o vídeo deles estava chegando a vários lugares, em grupos de bairros, grupos de escola. Aí eu sentei com a minha equipe, coloquei o mapa da minha cidade, e começamos ver nos bairros quem era nosso apoiador, chamar e perguntar se tinham grupos de Whatsapp no bairro. Fomos mapeando a cidade inteira, pedimos para colocar nosso telefone nos grupos, e fomos entrando. Eu também criei um grupo de oferta de empregos, e um grupo de ofertas de supermercados.

Eu não fico colocando conteúdo político nesses grupos de Whatsapp, eu não coloco. Mas se algum dia eu precisar comunicar ou combater algo pontual e estratégico, nós estaremos lá. Os grupos são o meu canal. E se você pega uma cidade pequena onde o jornal é pago pelo prefeito, você vai lá, mas eles vão sempre contar a versão deles. Então, nós subimos um site que eu tinha na época da campanha, atualizamos para o mandato e colocamos um canal de notícias. Então, hoje eu tenho um site próprio, eu publico a minha matéria, com a minha versão, mando para um grupo de WhatsApp que tenho para isso. Eu também consigo compartilhar no meu site os concursos públicos, a lista do Minha Casa Minha Vida, as conquistas do governo Lula, e o meu grupo vai crescendo. Então, a gente vai ganhando corpo para poder bater de frente com eles, e cada vez mais eles vão ter que pensar uma ou duas vezes antes de entrar em disputa com a gente.

Escolher as brigas que vai comprar

Outra coisa que eu aprendi na prática é que a gente tem que escolher qual briga vai comprar. Não dá para comprar briga de qualquer pessoa, a todo momento, porque fica caro. A gente paga com saúde mental, paga com saúde física, e a gente precisa, de fato, escolher aquilo que vale a pena politicamente, a briga que faz sentido comprar ideologicamente.

Quero falar uma coisa fundamental, para dar coragem. A gente está em desvantagem nas redes? Está. Mas não é impossível. Organizado taticamente, a gente consegue. Tivemos uma pesquisa feita por um site estrangeiro, que calculou que, de todos os vereadores, prefeito, deputados estaduais eleitos pela minha cidade, incluindo o próprio senador da República, eu apareço na dianteira, liderando com 43% de crescimento e engajamento nas redes sociais. Enquanto os outros vêm com 30%, 18%, 6%. Então, tem possibilidade de crescer.

Nosso mandato tem crescido nas ruas também. Por exemplo, se um ônibus quebrar na rua da cidade, uma senhorinha, que não era meu público-alvo na época da campanha, vai falar: "Liga para o Vitor que ele vai vir aqui." E eu chego antes que a manutenção da empresa! Ter esse reconhecimento na rua é fundamental, até para te xingarem. Fico sabendo se a pessoa me conhece, se ela fecha a cara ou se ela sorri para mim. Mas o importante é que nos conheçam e saibam o que estamos defendendo.

O fato é que nós somos LGBT e estamos no espaço político, seja na presidência de um partido, assim como eu estou lá em Divinópolis, seja no Parlamento, seja no Executivo. O que a gente mais faz na vida toda é tomar pancada. A gente toma pancada quando começa a crescer, toma pancada quando entra na escola, toma

pancada quando vai para a universidade, e na política não é diferente. Mas a diferença é que nós vamos ficando com a casca dura e não há nenhuma pessoa de extrema direita, não há nenhuma pessoa bolsonarista que consiga bater de frente, porque nós sabemos o que é tomar porrada a vida inteira.

E é importante lembrar que, antes de cuidar das nossas pautas, antes de cuidar das nossas cidades, dos nossos conselhos, dos nossos partidos, é importante cuidar da gente mesmo. E eu aprendi isso com muita dor. Não é normal um vereador, uma vereadora, acordar de manhã e não querer levantar e não ter ânimo. Não é normal você ficar ali um, dois, três dias, sentindo dor física. Não é normal e, se for necessário, peça ajuda. Se for necessário, procure um remedinho. Faz total diferença, não tenha preconceito. Faça terapia, cuide de você, é extremamente necessário, porque lá fora a gente tem uma multidão de pessoas que precisam de você bem para poder comprar as brigas e falar o que a maioria dos outros políticos não vão ter coragem de dizer.

Foto: Sérgio Silva



EIXO 2

A realidade da população LGBTQIA+, emprego, renda e aspectos econômicos e sociais



EXISTE UM DESCOMPASSO MUITO GRANDE ENTRE O SETOR PRIVADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS



Foto: Vinícius Toledo

"Não existe inclusão produtiva sem que se tenha o setor público e o setor privado trabalhando num projeto conjuntamente."

Raquel Virgínia
Cantora, empresária e consultora de diversidade

Tenho algumas questões que eu penso serem pertinentes para a gente pensar a produção econômica efetiva da comunidade LGBTQIA+ e vou trazer algumas percepções, algumas análises, que podem estar bastante equivocadas, uma vez que eu não sou uma pessoa tão inserida em políticas públicas e estou muito mais voltada para o setor privado. Mas de antemão, coloco a distância que eu sinto que existe entre o setor público e o setor privado. Sendo uma empresária e lidando cotidianamente com o setor privado, o que eu sinto é uma distância muito grande entre essas forças.

Já esclareço também que sou petista roxa, para que não haja nenhuma interpretação equivocada, do tipo "meus Deus! Temos uma oposição na mesa!". Eu sempre votei no PT e conti-

nuo votando no PT. Mas acho muito importante deixar claro que, na minha posição, eu não consegui enxergar um projeto claro, um projeto popular, para as políticas LGBTs por parte do PT. Não consigo entender e acho que há um problema muito sério de articulação.

Eu estive na Secretaria dos Direitos dos LGBTs, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, e fiquei encantada com a estrutura. E eu não fazia ideia de que aquela estrutura existia, o que é um problema, porque, eu sou uma pessoa que trabalha com o tema, que desenvolve o tema cotidianamente, e eu não sabia que aquela estrutura existia. Existe um descompasso muito grande entre o setor privado, que é onde eu atuo, e as políticas públicas. E eu fiz essa crítica para o setor privado também, dizendo que o setor privado não busca as políticas públicas. E é claro, que isso influencia diretamente no que a gente vai discutir aqui, que é a inclusão produtiva da comunidade LGBT.



A gente consegue planejar muito pouco

Não existe inclusão produtiva sem que se tenha o setor público e o setor privado trabalhando num projeto conjuntamente. O que a gente enxerga muito fortemente no Brasil é a ação do terceiro setor em apagar incêndios em que vivem nossa comunidade. Então, frequentemente, a gente lida com pedidos de doações, pedidos de doações humanitárias, ou com as violências, que são estruturais na nossa comunidade e ocorrem o tempo inteiro. A gente é constantemente solicitado para fazer ações diante de problemas. E é claro que existem coisas emergenciais para serem resolvidas, mas a gente consegue planejar muito pouco. Então, a gente não tem projeto, porque nosso projeto é apagar incêndio. O que se torna um círculo infinito que a gente não consegue quebrar. A ideia é ter um projeto nacional para as políticas públicas LGBTs, isso em parceria com o setor privado. E quando eu falo disso, é sobre negociação mesmo. São negócios que precisam ser feitos. Tem uma linguagem corporativa que precisa se dar com a linguagem das políticas públicas. Essas linguagens precisam se casar.

Uma coisa que eu também sinto falta é de formar lideranças e projetar lideranças que tenham essa linguagem mais corporativa. Recentemente, minha empresa, que é Nhaí, fez um evento no MASP, e o tema foi *A Praça dos Três Poderes*, considerando o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Claro que ninguém é obrigado a abrir a agenda para minha empresa, mas eu não tive resposta de nenhum Ministério com os quais eu tentei contato. Então, o Poder Executivo não esteve lá representado. Eu tive a presença da deputada Duda Salabert e, do Poder Judiciário, tivemos a juíza Edilene Lobo, do TSE. E a minha vontade com esse painel foi refletir sobre qual é o nosso projeto dentro da Praça dos Três Poderes. Porque isso é algo que nós precisamos saber. Por exemplo, no âmbito

legislativo, eu sinto muita carência de entender qual é o nosso projeto. Consigo ver que temos aí a deputada Duda, a Erika Hilton, mas eu sinto dificuldade de entender qual é o projeto delas.

Acho que falta projeto

Embora eu entenda o papel de persuasão da deputada Erika Hilton, eu não consigo entender qual é o seu projeto. E eu estou sendo bem transparente em relação a isso, porque, para mim, existe uma diferença entre poder de persuasão e projeto. Eu já fiz essa crítica de forma pontual, mas agora estou fazendo de forma bem aberta, porque eu não consigo entender o projeto dessas duas deputadas em relação ao setor privado. Entender se temos alguma possibilidade de projetos entre o setor público e o setor privado. Eu entendo que nós estamos construindo uma relação dentro do Congresso, mas eu, Raquel, tenho dificuldade de entender o projeto. Talvez seja uma observação minha, mas eu não posso deixar de expressar que eu sou uma empresária negra, trans, e eu acho que temos pouquíssimas empresárias negras e trans no Brasil. Então, se eu, que sou uma das poucas empresárias negras e trans, não consegue entender, acho que temos um problema. Enfim, eu já fiz essa pergunta a pessoas que falam da importância da deputada Erika Hilton. Qual o projeto dela? As pessoas não sabem me responder. Eu acho isso um problema.

Assim como acho um problema eu não entender qual é o projeto da Secretaria Nacional LGBT, que está acoplada ao Ministério dos Direitos Humanos. Inclusive, eu fiz uma visita à Secretaria, tive uma foto postada no Instagram que eu nem repostei, porque, na verdade, nós não tivemos nenhuma proposta e foi postado como se a gente tivesse tido uma proposta. Mas eu sou uma empresária séria. Ou você constrói uma proposta comigo, onde a gente projeta ideias, constrói alianças, pensa dados, desenha, rabisca, concorda, discorda, ou, para mim, aquilo não passou de um chazinho. Eu não tenho tempo para isso. Eu tenho funcionários, assino carteiras de trabalho, tenho pessoas que dependem da minha empresa. E aí, eu retomo, acho que falta projeto. Eu também não tive resposta do Ministério da Igualdade Racial, da ministra Anielle Franco, para estar no meu evento. Eu tentei de todas as maneiras que o Ministério estivesse lá, num dos endereços mais emblemáticos de São Paulo, para que a gente discutisse a pauta LGBT de uma forma séria, propositiva. E eu não tive sequer a resposta de sim ou de não.

Então, isso vai demonstrando o tanto que a gente tem dificuldade. E isso não quer dizer que essas pessoas não estejam trabalhando e construindo coisas sérias, tá? O que eu estou dizendo aqui é que faltam políticas públicas para o setor privado. E isso impacta totalmente a pauta de inclusão produtiva. Se essas pessoas estão fazendo outras pautas paralelas, foi o que eu disse no começo, tem falhas nas minhas colocações. Mas estou falando aqui sobre a ausência que eu sinto de projetos, sendo uma empresária do setor privado.

Vamos aos dados: evasão escolar

Dito isso, vamos aos dados, que acho que são muito importantes para a gente entender esse assunto que se chama produção inclusiva. A primeira coisa que precisamos falar é sobre evasão escolar. As comunidades LGBTs são, em geral, comunidades que têm grande evasão escolar. Se a gente for para as intersecções, por isso que queria tanto falar com a Ministra da Igualdade Racial, se a gente for pensar em mulheres trans negras, gays negros, mulheres lésbicas negras, enfim, se a gente pensar racialmente, esse seíndice de evasão escolar piora. Então, fizemos uma pesquisa. A minha empresa, em parceria com o SEBRAE, o

DataFolha e o Pacto Global da ONU, desenvolveu uma pesquisa que percorreu todo país e mostra, efetivamente, os números dessa evasão escolar, e porque a evasão da comunidade negra é maior.

A gente tem um nível de violência escolar, de bullying com as pessoas LGBTs muito alto. Isso, visto até do ponto da grade escolar, que é também muito violenta. Eu não vou entrar aqui em detalhes de quais são as violências, mas fica subentendido que a comunidade LGBT sofre muita violência no ambiente escolar, o que faz com que o nível de evasão seja muito alto, e isso vai impactar lá na frente na vida produtiva. E em se tratando de ambiente escolar, estamos falando de crianças e de adolescentes que são pautas que normalmente a comunidade LGBT não pode entrar. Porque, quando a gente entra nessa pauta, vira uma grande polêmica. Então, aqui a gente já tem um debate seríssimo e difícil de ser feito, que é a evasão escolar de pessoas LGBTs.

Emprego e carreira profissional

Depois disso entram as parcerias público-privadas. Ontem, no Rio de Janeiro, um empresário disse: "Eu contratei de uma leva, 150 pessoas trans de uma vez". E aí, eu perguntei quantas dessas ficaram, e quantas dessas pessoas que ficaram construíram uma carreira. Porque tem a questão da construção das nossas carreiras, tem a permanência e tem o crescimento. Aí, ele respondeu que não sabia. Mas eu sei. Se tivesse sido um grande sucesso, ele contaria, assim como contou sobre as 150 que contratou. Ou seja, nós temos algumas opções, porque há boa vontade por parte de alguns empresários e empresárias na nossa contratação. A gente pode olhar por uma via otimista. Inclusive, há empresários e empresárias que têm orgulho em nos contratar. Isso é real. E eu estou falando de empresários e empresárias conservadores que se orgulham em dizer: "Eu contrato vocês". Mas a permanência não acontece, porque só aconteceria se a gente tivesse um projeto público de permanência de pessoas LGBTs dentro das empresas. Então, essas pessoas saem da empresa rapidamente, até porque, quando as pessoas trans entram há uma série de barreiras.

Nem todas as pessoas têm o estômago, como eu tenho, de entrar numa sala de reunião e ouvir coisas horríveis. Só que, como eu sou viciada em dinheiro, eu digo que o cheque é mais importante do que o que essa pessoa está me falando, eu vou em frente. Mas isso não é uma realidade. As pessoas têm seus traumas, suas deficiências, seus grandes gatilhos, vão vivendo suas evasões, e não permanecem. O dinheiro não necessariamente fala mais alto para todo mundo. Tem pessoas que têm princípios a correr na veia e dizem: 'Não, vou sair daqui. Aqui eu não fico. Isso feriu minha dignidade". Então, muitas vezes vem uma contratação, mas o ecossistema da empresa não está preparado. Precisaria que tivesse uma política pública bem preparada, com incentivos para que isso não acontecesse. Aí, as pessoas saem das empresas e decidem empreender.

Empreendedorismo LGBTQIA+

O LGTBismo já é uma realidade. A pauta que eu mais sei falar é a pauta do empreendedorismo LGBT, que é também um desafio para a gente do Partido dos Trabalhadores. O PT, digam se eu estiver errada, tem uma lógica de pensar suas práticas, até por questões históricas e tudo mais, focado naquele trabalhador CLT, nos direitos dos trabalhadores convencionais, tradicionais. Mas o empreendedorismo é uma vocação brasileira. A gente sabe que o empreendedorismo é a precarização do trabalho formal, mas é uma realidade brasileira. Nós não vamos fingir que o empreendedorismo não é uma questão, tanto que o nosso Presidente da

República sabe disso. Existe hoje o Ministério do Empreendedorismo. Mas também nesse Ministério não existe projeto para nós. Eu visitei o Ministro Márcio França, e ele não tinha projeto para nós. E quando eu fiz provocações, ele foi político, tiramos a nossa foto, e não passou de um chazinho. Então, tem limitações quanto aos Ministérios. Eu tentei visitar todos os Ministérios, porque senão as pessoas vão falar: "Você está falando, mas nunca foi". Não, estou falando mal porque eu fui e nunca deu certo. O Ministério do Empreendedorismo também não está preparado para as pautas LGBTs porque são ultra específicas.

O estigma da mulher trans negra é ser prostituta

Eu fui a um banco pedir crédito, até porque nenhum empreendedor, nenhuma empreendedora, tem escala se não tiver crédito, que é uma necessidade básica para criar seu negócio. O gerente do banco perguntou se eu queria abrir uma casa de prostituição, porque o estigma da mulher trans negra é ser prostituta, é ser garota de programa. Então, aqui há uma especificidade. Porque você acha mesmo que um banco vai dar crédito para uma pessoa que ele acha que é prostituta? Vamos ser realistas, o banco não dá crédito.

Segundo, nós temos grande dificuldade em acessar alguns espaços. Por exemplo, o SEBRAE que é um dos espaços mais importantes para o empreendedorismo do Brasil, onde a gente consegue ferramentas para seguir em frente, o beabá básico para você ter seu negócio. Foi feita uma pesquisa pelo próprio SEBRAE, na qual as pessoas LGBTs diziam que o SEBRAE não era um espaço para elas. Foi uma pesquisa, não sou eu que estou falando. Tanto que temos uma linda parceria com o SEBRAE, porque eles têm vontade de mudar isso. O SEBRAE quer que a população LGTBQI saiba que lá também é um espaço para ela. Fora que as pessoas LGBTs não se enxergam como empresárias. Existe uma dificuldade imensa em se enxergarem como empresários ou empresárias. O que acontece, em média, é que a gente desiste em dois anos. Ou seja, a inclusão produtiva, que envolve o mercado de trabalho formal e o empreendedorismo, é muito difícil, e muitas das dificuldades são por falta de projetos e parcerias público-privadas sérias, que vão nos conduzir para sair desse ciclo.



QUAL O IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO PIB E NO DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS?



Foto: Vinícius Toledo

"A exclusão gera perda econômica. Os países empobrecem quando não incluem essas pessoas no mercado de trabalho e na força produtiva."

Mariah Rafaela
Doutora em Educação e consultora em Desenvolvimento Social do Banco Mundial

Um ponto de partida que me parece importante é que a política pública não se faz sem produção de dados. Falando como Banco Mundial, a gente não tem como olhar para uma população sem que a gente saiba minimamente quais são as demandas dessa população. Então, no Banco Mundial, a gente tem uma política de produção de dados que subsidia nosso trabalho operacional, pensado que é um banco de desenvolvimento em termos globais. Todos os países da ONU são ligados ao sistema do Banco Mundial.

E quais as lacunas que eu enxergo aqui no Brasil? Nós não sabemos quantas pessoas LGBTs somos no Brasil. Houve uma iniciativa do IBGE para ver quantos somos, mas aí chegou-se a um número meio estapafúrdio. Sem críticas ao IBGE, inclusive estamos trabalhando juntos, mas é um número que não corresponde muito à realidade porque tem a maneira de se fazer a pergunta que, talvez, não seja a mais assertiva. Mas 1,8% dos adultos se declaram como homossexuais, ou bissexuais. Eu sei que esses dados parecem distantes da nossa realidade, mas eles são o que temos agora. E são dados oficiais. Por mais que se questione a metodologia, é um esforço oficial da gente conhecer essa população. Precisamos conhecer quem são essas pessoas LGBTs. Qual é a cara da população LGBT brasileira, onde essa população efetivamente está. Quais são as dinâmicas de alimentação, quais são as possibilidades de moradia, de acesso à saúde. O Censo faz isso para todo o restante da população, e deveria fazer para a população LGBT também. Acho que esse é um ponto de partida.

Outro ponto, é entender a questão da idade, da escolaridade, religião e renda dessa população. Isso é fundamental, sobretudo quando a gente está falando de uma população jovem, e que está numa fase produtiva de sua vida. Em relação à idade, em razão do próprio desconhecimento dessa população, a gente não sabe como e se essa população está envelhecendo. Esse é um dado importante. Etarismo não é um ponto menor. Acho que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, com o CadÚnico, tem feito movimentos interessantes para incluir perguntas ali e aqui, que, efetivamente, nos permitam conhecer algumas dessas realidades.

Transferência de renda não é coisa menor

Mas o que eu quero dizer é que sem saber onde estamos, quem somos, quais são as nossas realidades demográficas, fica muito difícil a gente construir políticas públicas, do ponto de vista da sustentabilidade dessas políticas, para que elas se tornem políticas de Estado e não só políticas de governo. E aqui tem uma diferença estrutural importante, a meu ver, porque a po-

lítica de Estado é, em tese, permanente, e eu quero citar dois exemplos: a política de cotas e o Bolsa Família. Eu tive uma reunião recentemente sobre o Bolsa Família como algo muito positivo para a população brasileira, e que se torna exemplo de política pública em nível global. Transferência de renda hoje em dia não é coisa menor. Pelo contrário, sobretudo quando se considera as especificidades que são inerentes à população LGBT. Reconhecendo que a maioria da população brasileira é uma população negra, entendo que a população LGBT é uma população negra, racializada, de periferia. Entendendo que as pessoas negras são ou estão entre as mais precarizadas, vulnerabilizadas e empobrecidas do nosso país, é importante dar mais força a essas políticas de transferências de renda.

Olhando para alguns dados gerais, também nesse esforço de visualizar a temática SOGIESC (sigla em inglês para Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero e Características Sexuais), o IPEA tem feito alguns levantamentos com base em registro de ocorrência policial ao redor do país, e há muitas inconsistências. Nós temos aí alguns números não tão agradáveis, que a sociedade civil já tem apontado há muito tempo. A população LGBT está sujeita a um tipo de violência, de privação da sua vida, muito radical. E nesse país, em que o direito à vida é luta e batalha, haja vista esse Congresso pouco amigável, temos uma questão preponderante contra a pessoa viva, enquanto ser pensante, enquanto ser eticamente comprometido com o desenvolvimento social.

Quanto ao mercado de trabalho no setor privado, a gente também tem alguns indícios sobre a falta de pessoas LGBTs nos postos de trabalho. Por exemplo, segundo dados de 2023 de um fórum aqui de São Paulo que reúne empresas de grande e médio porte de todo o Brasil, inclusive multinacionais, 4,5% das pessoas



trabalhadoras nessas empresas eram LGBTs e 0,38% eram pessoas trans. Esses dados foram atualizados mais recentemente e o percentual de presença da população LGBT é ainda de apenas 10%. Houve um aumento interessante. Saímos de um pouco mais de 4,5% em 2023 para 10% em 2025. Nós estamos falando de empresas que, juntas, reúnem mais de um milhão e quinhentos mil funcionários. Ainda é muito pouco. Isso são pessoas assumidamente não heterossexuais. Vamos lembrar que no ambiente industrial as pessoas não querem manifestar sua sexualidade. Nem sempre isso é possível para pessoas não binárias, mas para pessoas gays, pessoas lésbicas, omitir sua sexualidade é uma forma de proteção, de blindagem, inclusive psicológica. Quando a gente olha para empresas com mais de mil colaboradores, a gente tem aí 8,9%. Ou seja, as empresas de maior porte contratam menos do que as

empresas de médio porte. Nas empresas que têm políticas de inclusão e diversidade, 2,2% desse quadro é de pessoas trans. E nas que não investem em inclusão e diversidade, é de 0,8%.

Somos exceção à regra

Sobre os cargos de liderança, aqui temos uma mulher que vos fala, bem-sucedida, em cargo de uma agência internacional, o Banco Mundial, e que tem uma carreira reconhecida, acadêmica e profissional. Mas essa não é a realidade da maioria das pessoas trans, sobretudo quando a gente pensa que temos aqui duas mulheres negras trans falando, e um homem negro. Então, essas são realidades discrepantes. Nós somos uma exceção, uma triste exceção à regra. Não deveria ser assim. Então, quando olhamos para os cargos de liderança das empresas que não investem em diversidade, nós temos 0,4% de pessoas trans. E as empresas que investem em diversidade, considerando apenas as pessoas trans, têm 0.6% na liderança, o que é um número pífio. Em 2023, eram 0,2%. Acho que essa é uma realidade triste, porque reflete o que chamo de impactos correlatos da discriminação e da exclusão estrutural a que a população LGBTI está submetida ou é suscetível em nosso país.

Então, por que é importante falar de desenvolvimento? E aqui meu objetivo não é superar ou suplantar as gramáticas dos direitos humanos, mas construir ferramentas discursivas e políticas que possam reforçar o trabalho nos direitos humanos. Nós estamos falando de fatores econômicos e direitos humanos, estamos falando de direito à vida. Para mim, não são coisas excludentes. E aqui eu pergunto para vocês: quanto somos? O Banco Mundial estima que pelo menos 10% da população global é LGBT. Temos pesquisas e, inclusive, uma em curso no Brasil que eu coordeno, que é o Custo da Exclusão. Parece um nome fantasioso, mas é basicamente a gente mensurar o impacto da discriminação que população LGBT enfrenta, olhando exclusivamente para o mercado de trabalho, no Produto Interno Bruto (PIB). nas riquezas do país.

Impactos sobre o PIB

A gente já teve estudos semelhantes em outros países que deram um passo para o que a gente está fazendo aqui. Foram em países muito pequenos nos quais a discriminação teve um impacto de 0,6% no PIB. Não é uma perda, é o que o Estado deixa de arrecadar quando ele não inclui a sua população LGBT. Então, quando a gente vai mensurar a perda, a perda é muito maior, porque a gente está olhando para o mercado de trabalho e não está olhando para a educação, saúde, lazer, cultura, renda, segurança alimentar, tudo isso que estrutura, que procura manter eticamente os princípios do Estado. Então o impacto é muito maior. Os países que não incluem os LGBTs estão efetivamente dizendo que essa população não são pessoas, que elas não importam, e que não interessa, inclusive, sua força produtiva. Essa população não tem potência para alavancar a economia. E o que a gente está mostrando é o contrário disso. Outros estudos feitos de maneira semelhante em outras regiões do mundo, mostraram o impacto chegando a 1,7% do PIB. A gente está falando de países como a Índia, que é um dos maiores países do mundo. Então, não é um impacto menor. Considerando que um país cresce, 1%, 2%, que é um crescimento excepcional. Então, quando a gente olha para determinado setor, e esse impacto chega a 1,7% do PIB, a gente está falando literalmente, a meu ver, que isso é uma política de morte.

A gente tem algumas barreiras quando se pensa em desenvolvimento inclusivo. Todas as discriminações que a gente sofre em nível individual têm um impacto na nossa comunidade

LGBT, para a comunidade negra, para a comunidade indígena, para o nosso bairro, para nossa cidade, têm um impacto geral para a população. E esse impacto é no nível de desenvolvimento humano e, obviamente, no PIB. Ou seja, os países empobrecem quando não incluem as pessoas LGBTs e, paralelo a isso, essas pessoas se tornam mais suscetíveis à violência, à discriminação, e a impactos correlatos. Acho importante destacar que, quando o Estado trata a população LGBT como de segunda classe, ele convida as pessoas em geral a fazerem o mesmo.

Quem perde é o Estado

Nas consultas que o Banco Mundial fez, e nós estamos tentando desenvolver uma no Brasil agora, os principais temas de preocupação trazidos pela sociedade civil global foram educação, em primeiro lugar, e depois, saúde. Educação, então, aparece mais do que saúde. Temos, então, que superar esse estigma de que saúde é o que importa para a população LGBT. Porque por muitos anos a política LGBT se concentrou em torno da saúde e, hoje em dia, a gente está vendo que a educação é um caminho interessante a seguir e que poderiam existir políticas públicas para esse caminho. As consultas trazem também o tema do emprego, da participação cívica e da violência. Esses fatores não são dissociados, não acontecem separadamente, porque, a gente, falando de falta educacional, está falando de violência e de saúde, porque o nível educacional tem impacto na saúde das pessoas. E obviamente, na sua necessidade de participar de uma vida plena e digna.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Há 63 países no mundo que ainda criminalizam, inclusive alguns com penas de morte, a população LGBT. Nos casos de estigma, isso vai refletir em baixa atividade, redução do capital humano, perda de renda, aumento de gastos governamentais com saúde principalmente, porque a gente vai ter uma população cada vez mais adoecida mentalmente, e resultados paupérrimos no campo da saúde mais ampla. O que estamos querendo com esse estudo é olhar para essa questão do estigma a partir da perda de renda em nível individual, levando a uma perda fiscal. Ou seja, quando o Estado deixa de subsidiar o acesso de uma pessoa ao trabalho, quem perde é o Estado, tanto quanto a pessoa. Isso gera uma realidade concreta para essas pessoas. Uma realidade que as impede de serem pessoas faz com que elas internalizem processos de que são menos do que poderiam ser. E isso é um problema, para falar o óbvio, porque a descriminalização gera perda econômica. E a perda econômica impacta todo mundo, porque a gente está falando de insegurança alimentar, está falando de moradia. Tem estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento mostrando, especificamente na América Latina, os impactos na moradia para a população LGBT. Além disso, proteção é essencial. Quando a gente fala em política públi-

ca, quando a gente fala em acesso ao trabalho, a gente também precisa falar em seguridade e proteção social.

Seguridade, dignidade, saúde e educação

Eu espero me aposentar um dia, mas para muitas meninas trans isso não é uma realidade viável. E aqui eu advogo a regulamentação do trabalho sexual, que eu acho fundamental. Vou fazer uma fala política sobre regulamentação do trabalho sexual, e acho que no Brasil o trabalho sexual tem que ser chamado de prostituição. Em nível internacional, a gente fala trabalho sexual, mas não condiz com o que as pessoas trans e as pessoas empobrecidas experimentam. A prostituição tem uma característica racial, tem uma característica econômica, mas ela também tem uma característica regional importante que não comporta dentro do trabalho sexual. E a gente está falando também de dignidade no acesso à saúde, e acho que nesse sentido o SUS tem feito muito, mas ele pode fazer um pouco melhor, e a gente precisa lutar por isso e preservar o que temos.

E por fim, é preciso uma política educacional que seja capaz de dar conta da diversidade e da inclusão. Não existe escola sem diversidade. Obrigada ao Partido dos Trabalhadores e à Fundação Perseu Abramo pela iniciativa desse debate.

Foto: Vinícius Toledo



EIXO 3

Caminhos possíveis ao enfrentamento das fake news e o fortalecimento institucional das políticas públicas



SECRETARIA DA DIVERSIDADE DO CEARÁ É A ÚNICA DO PAÍS DEDICADA ESPECIALMENTE À PAUTA LGBTQIA+



"Estrutura robusta e esforço de institucionalização junto às prefeituras levam políticas públicas e dignidade a todo o estado."

Mitchelle Meira
Secretária da Diversidade do Ceará e presidente do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTQIA+

Foto: Vinícius Toledo

Eu trago aqui o que a gente tem feito na primeira Secretaria da Diversidade do Ceará, que tem sido um desafio, pois muitas vezes a gente dialoga só, porque não existem secretarias como essa em outros estados. Existem coordenações e órgãos importantes que desenvolvem essa política. Mas eu vou trazer um pouco das nossas experiências, do que a gente pensou para que essa política fosse realmente estruturada e com tentáculos em outras secretarias do governo também.

Nossa Secretaria foi criada em 2023. O governador viu a criação da Secretaria Nacional LGBTQIA+ e compartilhou desse desejo da gente ter uma Secretaria também. Um estado que teve Janaina Dutra, Tina Rodrigues, Luma, que hoje é diretora do campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (Unilab), o governador achou importante a criação dessa Secretaria. Nós trabalhamos com três metas: promoção, cidadania e proteção, e temos uma ação conjunta com 15 secretarias estaduais, 3 superintendências estaduais, e diálogo com 16 instituições do estado. Há parceria com 5 instituições educacionais e relação direta com mais de 20 movimentos sociais LGBT+ do Ceará. Visitamos, para um diálogo efetivo, 54 municípios das macrorregiões. Uma das tarefas da Secretaria é coordenar a política LGBT+ com esses órgãos, secretarias e prefeituras, buscando o enfrentamento da LGBTfobia, a inclusão dessa população na política pública e no mercado de trabalho.

Temos os conselhos e temos os comitês

Nós temos o Conselho LGBTQIA+ no estado. Também temos assento no Conselho de Igualdade Racial, no Conselho Estadual de Políticas Culturais, no Conselho de Economia Popular Solidária, no Conselho da Juventude, no Conselho da Mulher. E daí nós temos Comitês. Todos esses nossos Conselhos e Comitês foram regularizados via decreto. Temos o Comitê do Ceará Sem Fome, que é o maior programa contra fome do Ceará, que distribui quentinhas e com o qual conseguimos implantar Cozinhas Populares e LGBT+. E o que é isso? A gente atende toda a população, mas o nome é simbólico, porque a população LGBTQIA+ não tem comida. Lá no Cariri, no Crato, a gente tem uma Cozinha Popular junto com uma organização LGBTQIA+, faz com que as pessoas reconheçam a importância da inserção dessa população nas políticas públicas. E essa população se fortalece, porque além de dar alimentação, a gente dá emprego, porque as pessoas que estão lá trabalhando são também pessoas LGBTQI+. E a gente está na governança do programa com todas as instituições, que é uma política integrada que tem também um cartão-alimentação.

Nós criamos o Comitê das Políticas Culturais LGBTQIA+ que vai pensar também a questão da economia criativa para essa população. Muitas vezes a gente faz esse trabalho, mas não se organiza para ter acesso aos recursos, para regularizar os microempreendedores LGBTQIA+. Nós temos um mapa de empreendedores LGBTs que mostra que muitos não têm meios para ficar em algumas atividades. Dentro dessa perspectiva de empregabilidade e de empreendedorismo, este Seminário está dizendo como é importante a gente entender como a política pode estar junto nesses empreendimentos. Temos também o Comitê da Cidade, Gênero e Inclusão, com o recorte para a população LGBTQIA+, e o Comitê Gestor de Políticas Penais, que coordenamos junto com a Secretaria de Administração Penitenciária. Temos o Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo, cuja última ação que fizemos reuniu 35 empresas interessadas em oferecer empregos para os LGBTQIA+. Tivemos uma apresentação da Diageo (produtora britânica de bebidas com fábrica no Ceará) que tem uma política interna de inclusão LGBT e conseguimos a participação de grandes grupos, incluindo da indústria siderúrgica. E ainda, com esse Comitê,



teremos em breve uma plataforma no Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT), braço local do Sistema Nacional de Emprego (SINE), na qual a pessoa poderá cadastrar o seu currículo e a empresa que queira fazer a contratação de pessoas LGBTQIA+ poderá encontrá-las direto on-line.

Temos ainda o Comitê de Acesso à Informação e o Comitê de Proteção de Dados. Achamos que temos que ter cuidado com os dados da Secretaria de Diversidade e de outras secretarias, então esses comitês são de todo o governo. Temos também o Comitê de Gênero e Raça e de Valorização do Trabalho do SUS.

Comissões, sistemas estaduais e grupos de trabalho

Além dos comitês, temos as comissões na estrutura do governo do estado. Comissão de Seleção da Sociedade Civil, Comissão de Cultura, Comissão Intersetorial da Secretaria Estadual da Assistência Social. Temos um Sistema Estadual Socioeducativo para os adolescentes que estão sob a proteção do Estado e o Sistema Estadual de Controle sobre Drogas, do qual também fazemos parte, para que possamos trabalhar a política antidrogas com a população LGBTQIA+. Outra estrutura que temos é a de grupos de trabalho (GTs). Todos eles estão legalizados, saíram no Diário Oficial com seus participantes nomeados. Temos o Grupo de Trabalho de Captação de Recursos, da Casa Civil, que atua também nas parcerias público-privadas para que possam investir nas políticas públicas.

O GT de Enfrentamento LGBTfobia nos estádios tem a participação dos times de futebol que estão nas séries A, B e C, das grandes torcidas de cada time, da Federação de Futebol, e do Ministério Público Federal. Esse GT atua nos estádios. Só na Arena Castelão, nós colocamos mais de 90 placas dizendo que é expressamente proibido discriminar uma pessoa por uma orientação sexual e diversidade de gênero. E temos uma parceria forte, porque foi a partir de uma provocação do Ministério Público Federal numa audiência pública, que a Secretaria de Esportes, os presidentes dos clubes e as torcidas foram chamados para desenvolvermos as ações de enfrentamento, principalmente nos campos onde há muita homofobia. Fazemos a capacitação do staff dos estádios que vai trabalhar nos dias dos jogos, com a questão da entrada, principalmente das pessoas trans. Com o GT da Política Estadual de Saúde, a gente conseguiu transferir o ambulatório Ser Trans, implantado em 2019 dentro do Hospital Mental, para o Hospital Universitário, com uma equipe maior, com ampliação dos serviços, com acesso a fonoaudiólogo, cirurgias e outros tipos de tratamento, e inclusive trabalhando também com a parte de pesquisa. Temos o GT de Segurança Pública para a população LGBTQIA+ com a participação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. Nós fizemos uma cooperação técnica com a Polícia Militar e com o GT do Sistema Penitenciário, que reúne todos os diretores das unidades prisionais que recebem a população LGBTQIA+, juntamente com o secretário.

Centro de referência com unidade móvel para atendimento no interior

Ainda nessa estrutura executiva, temos o Centro Estadual de Referência LGBTQIA+ Tina Rodrigues, que transferimos para perto da Decrin, que é a Delegacia de Crimes de Intolerância. Então, quem for para o atendimento no Centro de Referência e precisar denunciar alguma coisa, já se encaminha para a Decrin. Ou ao contrário, vai para a Decrin e eles encaminham para o Centro de Referência. A Decrin teve mais de 6.300 atendimentos desde 2023. Temos uma unidade móvel do Centro de Referência e, por falar em fake news, a gente entregou a unidade móvel no Festival da Diversidade, com

apresentação de artistas importantes, como Johnny Hooker e Luiza Nobel, e nesse dia saiu uma fake news que viralizou no Brasil inteiro dizendo que a gente tinha entregado uma ambulância para a população LGBTQIA+. Na verdade era uma unidade que leva os serviços da Secretaria da Diversidade e dos profissionais que vão atender pelo Centro de Referência. A partir de uma relação que a gente vai criando com as prefeituras, a unidade vai para os municípios para fazer os atendimentos e, dependendo do caso, a gente encaminha para o atendimento virtual. Levamos também preservativos e autoteste de HIV. É muito interessante, porque tem gente que não vai à Unidade Básica de Saúde de sua pequena cidade fazer o teste ou pegar o teste rápido, porque todo mundo se conhece. Então a unidade móvel é um lugar de acolhimento. Nós temos atendimento psicológico, jurídico e de assistência social .

A prioridade é o público LGBTQIA+, mas a família também pode ser atendida. É um instrumento que também pode levar um debate para uma praça com a sociedade civil. A gente foi com essa unidade para todos os grandes eventos de junho e julho, que são os meses de São João. Fomos para Expocrato, Maracanaú, pra festa de Santo Antônio em Barbalha, e a unidade ficava na cidade fazendo o acolhimento nos casos de LGBTfobia, junto com os serviços da prefeitura. Então essa questão da mobilidade é importante, porque a gente pode colocar dentro dos eventos, o que já é uma segurança para as pessoas LGBTQIA+.



Nós temos com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania uma cooperação que é o Empodera, programa do governo federal para trabalho digno, educação e geração de renda para as pessoas LGBTQIA+. Estamos preparando também o EJA para a população LGBTQIA+ junto com a Coordenação de Gênero e Diversidade da Secretaria de Educação. Tivemos o festival "Vidas em Movimento, Orgulho que Sustenta", por onde passaram mais de 20 mil pessoas e, transmitido on-line, impactou 10 mil pessoas só na nossa rede. Fizemos lançamento de livros, debates, e recolhemos quase umas toneladas de alimentos que as pessoas levaram para terem acesso ao evento.

Instrumentos de consolidação das políticas LGBTQIA+

Falando agora sobre a institucionalização da política LGBTQIA+, antes nós tínhamos seis ou sete assessorias funcionando nas prefeituras do interior do estado, e hoje nós estamos em 21 cidades. Até o final do ano estaremos em 25. Conselhos, nós tínhamos quatro, hoje nós temos dezesseis no interior. Isso significa ir ao município, dialogar com o prefeito, a prefeita, dialogar com o presidente da Câmara Municipal sobre a importância do conselho e de se ter um órgão gestor da política LGBTQIA+ para a gente levar nossos serviços. E, por incrível que pareça, nós estamos sendo muito bem acolhidos. A gente está em todas as regiões do estado. Agora nós temos a Ouvidoria LGBTQIA+ no

Estado do Ceará. Qualquer cidadão LGBTQIA+ que for a um equipamento público que não o atender tem agora acesso direto à Ouvidoria.

Temos ainda que fazer as cooperações técnicas para a política acontecer. Não podemos chegar lá na Secretaria de Educação e dizer: "Faça isso". Não... Temos que ter parcerias e um instrumento legal que me dê autoridade para cobrar. Temos parcerias com a Universidade Federal do Ceará; com a Faculdade Ari de Sá, na área do Direito e na Psicologia; com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), que tem 36 campis no Ceará. Conseguimos dialogar muito. Das oito conferências regionais que nós fizemos nas macrorregiões, conseguimos usar o espaço e a estrutura do IFCE. Estamos, inclusive, no Comitê de Igualdade e Gênero do IFCE. Nós temos uma cooperação com a Secretaria de Administração Penitenciária com programa chamado Transforma + LGBT, que trabalha com quinhentas pessoas que estão ou privadas de liberdade ou egressas do sistema prisional, com capacitação e orientação profissional. Os novos profissionais penais que entraram agora no sistema, que foram mil, tiveram capacitação para tratar com essa população.

Painel de monitoramento dos boletins de ocorrência

Temos cooperação com a Secretaria de Cultura, cooperação técnica com a Secretaria de Defesa Social, e com a Secretaria da Segurança Pública com a qual temos dois produtos, o painel de monitoramento e também uma cartilha. Com o painel, temos o mapeamento de todos os boletins de ocorrência de LGBTfobia. Por conta da nossa inserção no interior do estado, e da campanha chamada "Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia", aumentaram as denúncias nos municípios. Nós fazemos não só o mapeamento de denúncias, mas também podemos saber mais dados filtrando a idade das pessoas e com o tipo de violência, os dias da semana com maior incidência de violência. Nós temos esse mapa, inclusive, com a questão profissional das pessoas que trabalham e as que não trabalham. Tivemos uma cooperação com a Secretaria de Direitos Humanos, cujo Plano Estadual de Direitos Humanos traz ações específicas para a população LGBTQIA+, incluindo pessoas dessa comunidade que são imigrantes e pessoas com deficiência. Com o Programa Integrado de Redução de Violência, da Casa Civil, temos a casa de acolhimento estadual, que já teve sua reforma licitada, no valor de R$500 mil, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Temos em andamento para assinatura com a Fundação Universidade Estadual do Ceará, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Proteção Social, a instalação de placas de conscientização em mais de mil equipamentos públicos.

Edital para as Paradas LGBTQIA+

E finalmente, para as Paradas LGBTQIA+, temos um edital para a sociedade civil no valor de R$1 milhão, e metade desse recurso, obrigatoriamente, tem que ser usado no interior do estado, em regiões que têm muita violência contra essa população. Em todas as datas alusivas às pessoas LGBTQIA+, como Dia do Orgulho, Dia do Combate à LGBTfobia, o estádio Castelão fica iluminado com as cores da bandeira LGBT e Trans. Falando novamente de fake news e ambiente digital, lançamos um pôster e ele foi o mais acessado nas redes no mês. Mas não eram pessoas elogiando, eram pessoas detonando. Então a gente precisa realmente fazer uma coisa nesse ambiente digital, porque os gestores precisam estar muito seguros, principalmente, nosso governador, na implantação de uma política LGBTI+, porque a crítica social é maior. Nós sabemos o impacto disso.

PIAUÍ AVANÇA NA PROMOÇÃO DE DIREITOS E NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

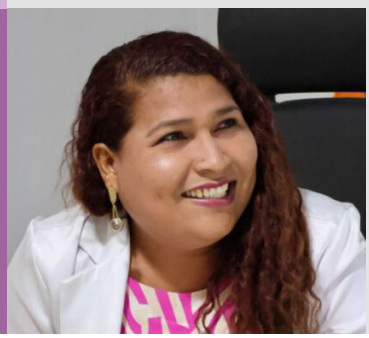


Foto: Divulgação/Secom-PI

"Muita gente sente medo de fazer a política pública acontecer, mas é essa política é que vai surtir efeito e garantir o direito à vida do nosso povo."

Joseane Borges
Assistente social e diretora de Promoção e Cidadania LGBTQIA+ da Superintendência de Direitos Humanos da Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do governo do Piauí

É importante falarmos das políticas que temos hoje no Brasil para a população LGBTQIA+, conquistadas a duras penas, porque, sem esses avanços, eu não conseguiria estar numa gestão estadual promovendo cidadania e direitos humanos para o meu povo e para mim mesma. É importante falarmos principalmente de toda a trajetória de vida da população LGBTQIA+. E falar também da população trans, porque a gente sabe que vive num país que é, pelo 15º ano, o que mais mata travesti no mundo, pelo simples fato de existirem. E é um país que limita a minha vida a 35 anos de idade.

É importante falarmos também do significado da política pública que estamos fazendo acontecer no estado do Piauí. Temos como carro chefe dessas políticas no Piauí o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. O pacto faz com que o governo do estado vá aos municípios para que assinem um termo de cooperação técnica e criem seus enfrentamentos contra a violência LGBTfóbica. Nós temos hoje apenas 26 municípios, de um total de 224, com o Pacto. Mas a nossa meta é chegar, no mínimo, a 50% mais 1 no final da nossa gestão. Além disso, conseguimos implementar Conselhos de Direito em seis municípios para a execução de nossas políticas públicas. Temos também cooperações técnicas, porque ninguém faz uma política efetiva e eficaz sozinho.

Temos que falar do Pacto, porque muitas vezes quem faz a gestão nos municípios não conhece, e nosso objetivo é chegar na ponta. Por exemplo, temos o município de Corrente, que fica a quase 800 km de Teresina, e não podemos deixar esse município desassistido de política pública para a população n LGBTQIA+, É por isso que nós estamos fazendo esse trabalho junto às prefeituras e suas secretarias de Assistência Social ou outras secretarias que de fato se sintam competentes para executar tal função e aderirem ao Pacto. E está dando certo, está surtindo efeito. Nós temos uma equipe muito competente trabalhando para fortalecer essas políticas públicas.

Está dando certo

Já estamos há um bom tempo com o governo petista no estado, estamos realizando, e está dando certo. Em 2015, já conseguíamos contabilizar as mortes de travestis no estado do Piauí e era muito triste contabilizar essas mortes, mas era necessário. Por que? Porque em 2015 nós tivemos 17 travestis transexuais morrendo no Piauí pelo simples fato de existir. E a gente fez um trabalho junto ao governo federal, com o projeto Respeitar é preciso, com o qual a gente foi a 75 municípios polos levando uma política pública de formação, de qualificação para todos os servidores e profissio-

nais, não só da área da segurança pública, para a área da saúde, da educação, entre outras, e surtiu efeito. Hoje nós conseguimos pular do 3º estado que mais mata travestis e LGBTs no Nordeste, para o 4ª lugar. No Brasil, éramos o 3º, hoje nós somos o 6º. E estamos conseguindo fazer isso a duras penas, porque sabemos que estamos vivendo numa era bolsonarista que faz com que o nosso povo sinta medo.

Muita gente sente medo de fazer a política pública acontecer, mas é essa política é que vai surtir efeito e garantir o direito à vida do nosso povo. Por isso que é importante nós falarmos desses termos de cooperação técnica, não só do governo do estado com as prefeituras, mas também do governo do estado com o setor privado, porque o setor privado é o nosso principal parceiro. É ele que está empregando a população LGBT. Dentro do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica temos todo um pacote de serviços para o município que adere às nossas políticas. O serviço principal é a qualificação profissional, porque muitas vezes a gente vai num município onde sequer sabem como tratar a pessoa travesti e transexual. Para isso, nós temos uma equipe qualificada para a formação.

Nós criamos o Comitê Gestor de nossas políticas através de uma portaria para que possamos ter um feedback de todos os órgãos do governo estadual que trabalham para a política pública LGBT acontecer. Por exemplo, nós fizemos a Primeira Parada Day no Piauí. Imagina só, nós temos a parada LGBTQIA+, a parada da Diversidade, que é realizada pelo movimento social organizado, mas nós fizemos uma ação grandiosa que foi a Parada Day, e surtiu um grande efeito. Tivemos a presença da coordenadora do Centro de Referência Raimundo Pereira, a Brenda Félix. Ela esteve lá junto com o Vítor, que é conselheiro nacional LGBT. Foi com a junção de todos os órgãos que fizemos



essa parada, com a oferta de serviços para a população de uma forma em geral, mas também com feirinhas. Foi família, criança, adulto. Queremos levar para a vida agora, fazer todos os anos com a ajuda do nosso governo, com a ajuda do nosso Comitê Gestor.

Falando das cooperações técnicas, temos no estado do Piauí um grande e relevante trabalho na área da educação. Quando eu falo em educação, eu falo como pessoa trans que sou, porque só nós sabemos o que é sentir na pele a delícia de ser o que somos. Imagina só, há 15 anos, eu, Joseane, que agora está falando enquanto gestora da pauta LGBT, ser expulsa do seio familiar pelo simples fato de ser uma pessoa trans. Eu, Joseane, chegar numa sala de aula e não ser respeitada pela minha identidade de gênero, chegar com o corpo de Maria e ser chamada de João.

Nome social garantido por lei estadual

São essas controvérsias que fazem com que a gente tenha mais ânsia de lutar para garantir políticas públicas, não só para a gente, mas

para os que estão lá na ponta. Para as meninas que estão precisando de políticas específicas, para as meninas que precisam de um nome social para serem respeitadas. Porque a gente sabe que hoje no Brasil nós temos a retificação de nome e gênero na própria certidão de nascimento. Mas no Piauí nós temos também o nome social garantido por lei, porque muitas vezes não querem a retificação de nome, mas sim o nome social garantido. E lá no Centro de Referência Raimundo Pereira, a gente faz a emissão dessa carteira social e vários serviços para a população LGBT, como serviços de casamento e de união homoafetiva em parceria com a Defensoria Pública. Somos o 3º estado que possui a Lei nº 5.916, uma lei muito importante para a gente, porque em 2009, quando a gente sequer tinha essa garantia de retificação de nome e gênero, o estado do Piauí garantiu com essa lei o nome social. Isso é muito importante, porque a gente sabe que muitas travestis transexuais são discriminadas pela própria família porque não têm sequer direito ao nome.

Outra lei muito importante que o estado do Piauí criou em 2004, quando que a gente não tinha sequer uma jurisprudência brasileira que pudesse garantir a efetividade contra a discriminação da população LGBT, foi a a Lei nº 5.431, que determina a punição de atitudes discriminatórias contra a população LGBT. Essa lei ficou engavetada por muito tempo, e o governador, em dezembro de 2023, passou para a Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SASC), da qual fazemos parte, a competência de criar uma comissão para abordar as pessoas que discriminam a população LGBT e encaminhá-las ao órgão competente para que tenham uma ação punitiva.

Formação para policiais tratarem as pessoas trans

E não podemos deixar de falar aqui sobre a Segurança Pública. Acredito que nós somos o primeiro estado que criou uma coordenação de proteção à população LGBT no Brasil. Nós fomos convidadas pelo nosso secretário Chico Lucas, da Segurança Pública e, imaginem só, eu, Joseane Borges, uma trans, ser convidada com sua equipe para fazer uma indicação de uma pessoa LGBT para coordenar a proteção dessa população. Nós indicamos uma pessoa trans que está lá na Segurança Pública, e vemos que esse trabalho está dando certo.

A gente também está acompanhando o grupo de trabalho LGBT da Segurança Pública, com o qual conseguimos efetivar nossa política de segurança em 75 municípios. Porque no momento da abordagem, os policiais não sabem como tratar a população trans, e a gente fez o trabalho de formação com eles para termos um atendimento equânime e de qualidade para essa população. Esse grupo de trabalho serve não só para isso, mas também para acolher e criar um protocolo de cidadania LGBT, que faz com que a gente tenha todos os dados relevantes sobre as discriminações, que vão servir para fazer nossas políticas públicas.

Só lembrando que a gente só faz tudo isso porque nós temos um trabalho efetivo e eficaz do controle social da sociedade que está sempre com a gente, de mãos dadas, para fazer a política de fato acontecer. Se não tivesse controle social, nós não teríamos todas as estratégias, não só política, mas também de vida.

Travesti faz acolhimento da população trans no ambulatório de saúde

Na área da saúde, um grande sonho da população trans no estado do Piauí era ter ambulatório integral da saúde. Em 2020, nós conseguimos inaugurar esse ambulatório e buscamos saber quais os problemas de acolhimento da população trans. Imagina só chegar e não ter uma travesti, uma transexual para lhe atender. É bem complicado E nós colocamos uma mulher trans, a Lana Moura, para acolher a população

de travestis e transexuais que chega no ambulatório. Lá, ofertamos diversos serviços como endocrinologia trans, psicologia, urologia, e o nosso sonho é, no futuro, trazer a cirurgia sexual. Mas é um sonho ainda, o importante é a gente fazer com que a população travesti e transexuais tenha essa garantia de sua saúde integral.

Nós lutamos muito para que pudéssemos estar aqui hoje executando uma política pública para garantir o direito de ir e vir da nossa população. Nós somos a referência no nosso estado junto com o controle social para que a política de fato possa acontecer. Nós éramos uma coordenação pequena, passamos a ser uma gerência e hoje temos uma diretoria que tem essa interlocução com o governador e com outras superintendências que fazem com que a gente tenha mais capacidade de resolução e uma amplitude maior desse trabalho, já formalizado nas gestões estadual e municipais.

A gente vai precisar da política que a gente criou

Muito importante falar desses grandes avanços que a gente teve no estado do Piauí. A gente sabe que quem é petista tem no sangue o jeito de fazer a governança, e a gente está fazendo com qualidade, com competência, não só para a população que está precisando, mas para a gente mesmo. Quando a gente sair dessa gestão, vai precisar da política que a gente mesmo criou.

Ontem foi lançado o importante Plano Estadual de Atenção às Mulheres Egressas do Sistema Prisional, e dentro dele a gente incluiu as mulheres LGBTs. Foi importante a nossa participação. Fomos convidadas porque tínhamos essa pauta. Esse plano vai fazer com que as mulheres LGBTs, mulheres negras, as mulheres idosas possam ter um tratamento específico e qualificado dentro do sistema prisional, e terem um acompanhamento quando elas saírem desse sistema. Imagina só, uma mulher sai do sistema prisional e vai para a rua. Para o homem é mais fácil, mas para uma mulher é bem mais complicado. Por isso esse trabalho de acompanhar todas as mulheres egressas desse sistema, entre elas as mulheres LGBTs, o que é muito importante para a gente.

O nosso trabalho é feito com muita responsabilidade. Tendo uma mulher trans encabeçando uma gestão, a gente precisa mostrar que tem uma excelência, uma qualidade e serviços para que se tenha a continuidade desse governo e que a população sinta que tem responsabilidade nessa gestão, que a gente faz essa política de fato acontecer. É isso que eu sempre falo, para que vocês, de todos os estados, contribuam com a gente. Para que nós, enquanto gestão estadual, enquanto pessoas partidárias, possamos nos unificar ainda mais e fazer de nossos estados, da nossa Nação, um território bem melhor para se viver. É isso está dando certo. Vocês podem voltar há 10, 15 anos, quando a gente não tinha o pouco do que tem hoje, e ver que isso é importante.

Estou há anos nessa construção de luta e defesa das nossas vidas. Sou uma mulher bissexual, casada com outra mulher, e sei o quanto é importante ocupar esses espaços. Nós temos vivido um momento de pura disputa, seja nas redes sociais, seja na própria sociedade, nas ruas, que é onde a gente tem que fortalecer nossa identidade, reafirmar quem somos, frente a uma enxurrada bolsonarista, frente ao crescimento do fascismo na sociedade. E a gente vive esse ambiente que é de disputa.

EM BELÉM, O PT COMPÕE GOVERNO MUNICIPAL E PROMOVE A PAUTA LGBTQIA+ NA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



Foto: acervo pessoal

"Nossas vidas importam. É preciso reafirmar constantemente as políticas públicas que temos, seja na nossa cidade, no nosso estado ou no Brasil."

Larissa Martins
Secretária-executiva de Direitos Humanos de Belém e dirigente estadual do PT do Pará

Em Belém, na Câmara Municipal, nós temos vereadores que são profundamente alinhados com o bolsonarismo, e que viralizaram em todo o Brasil falando que iam na Parada LGBTQIA+ da cidade para salvar as crianças do mal que é a comunidade do LGBTQIA+. Quando as pessoas fazem esses vídeos ou sobem na tribuna da Câmara Municipal para fazer discursos que são muito violentos contra as nossas vidas e que viralizam para todo o Brasil, a gente percebe que caminha a passos muito pequenos. Ainda que tenhamos constantes avanços, estamos caminhando a passos muito pequenos para esse enfrentamento, e essa é a importância de nos reafirmarmos dentro dos espaços. O bolsonarismo tem usado as redes sociais, mas também as políticas institucionais de seus mandatos no Parlamento para atacar nossas vidas.



Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

Pauta transversal

Quando falamos que é preciso estar em constante disputa da sociedade, é também sobre isso, porque, quando ocupamos um espaço político institucional, é preciso reafirmar constantemente as políticas públicas que nós temos, seja na nossa cidade, no nosso estado ou no Brasil. Políticas que estão fortalecendo a defesa de nossas vidas.

Em Belém, a nossa Secretaria de Direitos Humanos tem uma pauta que é profundamente transversal. Passa pela defesa de nossas vidas, pela saúde, por moradia digna, enfim, por várias políticas que nós temos para resguardar os direitos de todos os cidadãos. Fazemos diversos atendimentos de violações de direitos humanos, e os que mais fazemos são contra a LGBTfobia.

Nós criamos uma rede integrada que envolve a Defensoria Pública, o Ministério Público, enfim, todos os agentes possíveis para fazer esse enfrentamento às violações. Então, é

caso de expulsão de casa, caso de agressão, caso de violação dos direitos em determinado local público. Temos que enfrentar e fazer o letramento da sociedade quanto a isso. Nós conseguimos criar essa rede de fortalecimento para resguardar as pessoas e seus direitos, dar todo o suporte, seja psicológico, seja jurídico, a partir dos atendimentos.

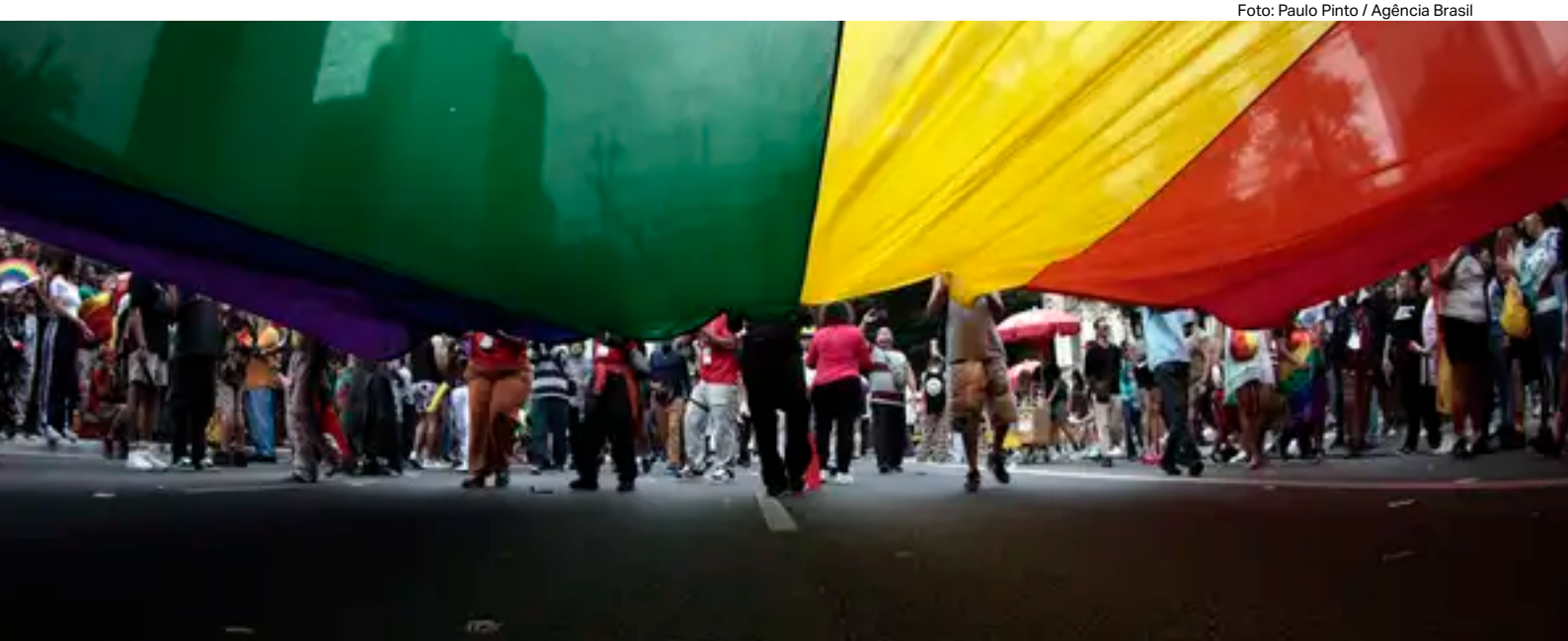
Mas também estamos fazendo outras ações. Fizemos recentemente, em parceria com o governo do estado do Pará, o feirão da empregabilidade para toda comunidade LGBTQIA+. A gente tem, em média, 200 vagas de empregos nas mais diversas entidades e empresas da cidade para garantir que as pessoas da nossa comunidade tenham acesso a um emprego digno. Estamos fazendo uma plataforma de cursos de qualificação nos bairros de Belém. A gente está rodando a cidade com cursos de estética, de henna, de construção de biojóias, de musicalização, partindo de produtos sustentáveis. A gente tem também uma plataforma para que as pessoas da comunidade LGBTQIA+ que fazem os cursos consigam ter uma renda extra. E a gente faz esse giro de economia solidária nos bairros.

Letramento em diversidade para todo mundo

Nós construímos também, junto com os movimentos sociais, a Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ que discutiu a formação permanente de letramento para a nossa gestão municipal, para todos os nossos servidores, mas também para a sociedade. A ideia é que a gente tenha esse letramento em diversidade para todo mundo, dizendo como dar atendimento digno para pessoas LGBTQIA+, atender de maneira devida quando essas pessoas vão acessar algum equipamento público. A gente quer rodar os bairros fazendo esse letramento e capacitando a sociedade civil sobre temas que são pertinentes para a nossa comunidade LGBTQIA+.

Nós assumimos também um trabalho com pessoas em situação de rua. Quando a gente chega para compreender um pouco esse ambiente de pessoas em situação de rua, que tem crescido muito, se depara com um número altíssimo de pessoas LGBTQIA+ vivendo nessas condições. Nós não tínhamos nenhum mapeamento quanto a isso. Os dados sobre pessoas em situação de rua em nossa cidade dividiam essa população em tantos por cento de mulheres, e tantos por cento de homens. Não tínhamos dados específicos para as pessoas LGBTQIA+ e percebemos que, quando se faz o serviço de acolhimento, as demandas dessa população são muito específicas, como as denúncias de assédio. A cada dia, a demanda da casa que cuida de pessoas LGBTQIA+ aumenta mais, com pessoas que foram expulsas

Foto: Paulo Pinto / Agência Brasil



de casa, ou que foram para a condição de rua por não terem uma situação digna de salário. Com esse mapeamento, conseguimos fazer o acompanhamento dessa população de uma maneira muito mais eficaz.

Então, temos aí um cenário que é de reconstrução das políticas públicas da nossa cidade de Belém. É um cenário muito delicado, com nós do PT compondo o governo municipal. A gente tem responsabilidade por tentar imprimir nossa identidade petista nesse nosso governo, fazendo constantemente essa puxada para a esquerda. Temos feito esse diálogo, inclusive, sobre a importância de termos aparelhos como a nossa casa LGBTQIA+ em Belém. Temos falado muito com o prefeito sobre a importância da casa, porque temos casos muito específicos. A gente fez um atendimento de uma mãe lésbica que tinha sido expulsa de casa com uma filha de sete anos e estavam em situação de rua. Nós não temos política de abrigo, de albergue, de casa, para as pessoas LGBTQIA+, e sabemos o quanto isso é importante. Eu fui uma menina que, quando me descobri uma mulher bissexual, também foi expulsa de casa, e não tinha nenhuma política municipal para me acolher. Então, isso para mim é muito caro, e, quando a gente ocupa esses espaços, a gente percebe que precisa imprimir uma identidade que é do PT.

Nossas vidas importam

Estamos fazendo essa disputa de políticas públicas, mas, acima de tudo, estamos reafirmando que as nossas vidas importam. Esse discurso nunca vai ser ultrapassado, porque ele continua sendo real. A gente continua vivendo num país que nos mata por sermos quem somos. Então, quando a gente reafirma isso na política pública institucional e constrói essas políticas, para os olhos dos outros pode ser coisa muito pequena. Mas quando essa política alcança uma pessoa e consegue transformar a vida dela, a gente percebe o quanto isso é importante e o quanto é importante caminhar nessa construção.

A gente tem um cenário de disputa muito acirrada na sociedade, é um cenário de crescimento do fascismo, do bolsonarismo, que atinge outras nuances. Mesmo com Bolsonaro preso e com outras pessoas fugindo para ser porta-voz de quem nos ataca. E quando a gente reafirma nossos direitos e nossa existência na sociedade, a gente está fazendo, querendo ou não, um discurso que vai mudar completamente nossas vidas, seja na política pública, seja nos atos, na construção de ferramentas para que a gente consiga continuar mobilizados. E acho que o PT é fundamental para isso.

Política na ponta

Temos uma Secretaria LGBTQIA+ no PT que é muito atuante e que tem sido imprescindível para nossa mobilização, para dar a linha do que a gente quer para o Brasil. E é importante que estejamos alinhados frente a isso. A gente começa a construir a nossa política na ponta, que são as nossas cidades. Lembro daquele jingle do PT que diz que é na minha e na sua cidade que a gente começa a ser feliz. E a gente quer ser feliz com dignidade, com acesso à saúde, enfim, com as todas ferramentas e políticas públicas que a gente pode ter para viver dignamente. Então, precisamos estar sempre fazendo esse contraponto na política pública institucional, mas também esse contraponto contra o fascismo que tem crescido no país e levado muita gente, muitos jovens, para esse discurso de ódio contra as nossas vidas, principalmente, dentro da comunidade evangélica. Temos que estar com os punhos cerrados, com faca nos dentes, para disputar a sociedade quando for preciso.

E a gente tem tido uma agenda muito comprometida na cidade de Belém com essas ferramentas, com as políticas públicas, dialo-

gando sempre com os movimentos sociais. A gente entende o quanto é importante ouvir, conversar, para poder fazer coisas que de fato são demandas da sociedade, coisas que são palpáveis, factíveis, que vão de fato mudar a vida das pessoas.

Para terminar, nós temos visto que os mandatos LGBTQIA+ do PT têm estado em constante ameaça por processos de cassação. A maioria são de mulheres jovens e isso reafirma o quanto precisamos seguir mobilizados, na luta do povo, porque só a luta muda as nossas vidas. E a gente tem esse cenário de muita reconstrução, muita vontade, junto com o presidente Lula que vai ser reeleito pelas nossas mãos, porque fomos nós que elegemos Lula em 2022, e nós que vamos reeleger Luiz Inácio Lula da Silva em 2026. Nós temos um compromisso com o Brasil mais soberano, mais justo. Com o Brasil que se pinta de povo, que se pinta com as nossas cores, nossas lutas, nossas bandeiras, porque nós estamos sempre reafirmando para a sociedade que nós não vamos dar um passo atrás.

A gente vai caminhar para dizer que nossas vidas existem e que elas importam, a gente vai seguir ocupando mandatos, as ruas, parlamentos para defender nossas vidas. Seguimos juntos companheiros e companheiras. É só na luta que a gente se encontra, e é só na luta que a gente muda a sociedade, constrói um Brasil mais justo e solidário para todo mundo. ■

A GENTE PRECISA FAZER COM QUE ESSA POLÍTICA FUNCIONE, QUE CHEGUE EM TODOS OS LUGARES



Foto: Vinícius Toledo

"Com o avanço tremendo do conservadorismo, a gente ter um instrumento de política pública e de formação diz muito enquanto resposta."

Tássia Rabelo
Secretária Nacional de Formação e Educação Política do PT e diretora da Escola Nacional de Formação

É uma grande satisfação e muito prazer estar aqui. Eu me sinto em casa porque também trabalhei no Ministério dos Direitos Humanos com a ministra Maria do Rosário, no primeiro governo Dilma. Acho que foi um dos momentos mais incríveis da minha vida. Eu era assessora da relatoria, então eu escrevi lá no computador: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que foi acatado depois pelo governo de transição do presidente Lula e virou realidade. É uma alegria ter podido fazer parte desse processo, uma luta de muitos e muitos anos.

A gente sabe que criar o espaço não resolve os nossos problemas. É o primeiro passo. Mas a gente também sabe que, nesse contexto da sociedade, com o avanço tremendo do conservadorismo contra vidas específicas, a maneira como os negros e as negras são tratados nesse país, a maneira como as mulheres são tratadas, com aumento do feminicídio; a maneira como as

pessoas trans e travestis são tratadas, e como várias formas de violência marcam a vida, a gente ter um instrumento de política pública e de formação diz muito enquanto resposta. Isso é só o início. A gente precisa fazer com que essa política funcione, com que chegue em todos os lugares, o que é um grande desafio.

Passos lentos, mas avançando

Venho aqui em nome da Secretaria Nacional de Formação do PT para nos colocar à disposição. O PT vem avançando a passos mais lentos do que nós gostaríamos, mas vem avançando na política de formação. Primeiro a gente criou, lá atrás, a Escola Nacional de Formação, e agora nós aprovamos o Sistema Nacional de Política do PT. Por que eu estou dizendo isso nesse espaço? Porque vocês fazem parte desse sistema. Dentro do conselho político que compõe a Política Nacional de Formação Política estão as secretarias e as coordenações setoriais.

Então, faço aqui um compromisso público com vocês de que a gente vai fazer o planejamento que será a Formação Política do PT, seguindo a direção que nós construímos e que aprovamos no Diretório Nacional. Este processo é muito importante, sei que está todo mundo de olho no processo de formação setorial, e tem que estar de olho mesmo. É nesse espaço que a gente tem a capacidade de orientar politicamente e programar e fazer as mudanças. É esse o momento, não pensem que vai ter outro tão cedo. Então a gente precisa pensar o que a gente quer para o Partido dos Trabalhadores e construir isso coletivamente.

A POPULAÇÃO LGBTQIA+ TEM CONTRIBUÍDO MUITO PARA UM PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO PT



Foto: Vinícius Toledo

"Conseguimos constituir uma rede muito forte de candidaturas e de vereadores e vereadoras LGBTQIA+ de diferentes estados do Brasil."

Misiara Oliveira
Secretária adjunta da Secretaria Nacional de Relações Internacionais

Eu acompanho essa pauta há muito tempo, sempre fui militante dos direitos humanos e do movimento social. Fui vereadora há 25 anos e não havia um espaço para um protagonismo LGBTQIA+, uma política tão forte. E muitas vezes eu fui a porta-voz de muitos movimentos, de companheiros e companheiras. Fico muito feliz de ver, nesses 25 anos, o que avançou, e vocês são os protagonistas que falam para vocês mesmos, e constroem com as mãos. Eu quero saudar isso também porque eu vi esse processo acontecer e é muito rico. Acho que nós temos que avançar.

O PT foi inovador nas políticas de ação afirmativa para as mulheres, para a juventude, para o povo negro. Quem sabe agora o desafio de

uma ação afirmativa para a população LGBTQIA+, que tem contribuído muito para um processo de renovação do PT. Falo isso porque, entre tantas contribuições que vocês têm dado neste ciclo histórico do PT, talvez esse processo de renovação seja o mais fundamental. Além de enfrentarem o conservadorismo que às vezes acaba contaminando uma estrutura de 45 anos, e demonstrar que o tema dos valores é sim muito importante, o valor à vida, o direito de ser quem se é, de se expressar sem ter que dar mais explicações.

Eu também participo da coordenação da nossa bancada federal há quase oito anos, coordenando a Comunicação. A gente pode ter parcerias e iniciativas junto à bancada, para fortalecer a nossa organização. Já fui secretária de Formação, secretária estadual das Mulheres do PT e agora estou nesse desafio novo que é das Relações Internacionais. Estreei essa semana e vamos ver. Claro, acompanho esse tema por vários caminhos diferentes, mas agora oficialmente pelo PT. Acho que a gente tem muita parceria possível também com esse tema para poder discutir e ir construindo.

Os espaços de formação são fundamentais para o nosso partido, e a gente precisa investir cada vez mais. A gente precisa de quadros. E é muito difícil formar um quadro, e não podemos perder os quadros que temos. Eu invisto muito também na transição geracional do PT, e faço questão de dizer que, desse ponto de vista, conseguimos constituir uma rede muito forte de candidatos e vereadores e vereadoras LGBTQIA+ de diferentes estados do Brasil. A gente tem a compreensão de que cada um precisa falar por si mesmo, ter o seu protagonismo.

Foto: Vinícius Toledo

